

EM TEMPO:

2 mortos e 47 feridos

A CHACINA DE LEME

Cresce a repressão da
"Nova República"

Págs. 10 e 11



II Congresso Nacional da CUT

Milhares de delegados farão o maior Congresso
da história do movimento operário

Nas páginas 2 a 5, os preparativos, as polêmicas e os desafios do II Congresso

As principais polêmicas do II Congresso Nacional da CUT

Aqui, um balanço das principais polêmicas e divergências surgidas no processo de preparação e nas teses apresentadas.

Américo Bernardes

Um dos pontos centrais em todo este debate preparatório é, sem dúvida alguma, a política que a CUT deverá traçar para a unificação do conjunto das lutas dos trabalhadores.

Esta discussão tem seus elementos iniciais nos debates que se seguiram às grandes campanhas do ano passado, em particular a greve nacional dos bancários e a Campanha Salarial Unificada de São Paulo. No início deste ano, a Direção Nacional da CUT preparou todo um processo de campanha a nível nacional, a Campanha Nacional de Lutas de 1986. Contudo, a edição do "pacote econômico" do governo introduziu um elemento com o qual a direção combativa do movimento não vinha trabalhando.

Anteriormente, o desenvolvimento de uma Campanha Nacional de Lutas centrava-se principalmente no fato de existir uma crise que transparecia claramente aos olhos das massas trabalhadoras: a inflação elevadíssima era um elemento chave que permitia ao trabalhador compreender claramente a exploração a que estava submetido. Com a edição do pacote, a direção do movimento tem de trabalhar inicialmente sob um forte impacto causado pela ampla propaganda promovida pelo governo.

Surge uma nova discussão no polo combativo do movimento. De um lado setores do movimento, avaliando que o pacote criaria uma situação de desmobilização e de apatia em amplos setores do movimento dos trabalhadores, começam a elaborar uma proposta no sentido de que a luta neste período deveria acentuar as características localizadas e ter como base as reivindicações específicas. A unificação deste processo deveria se dar com a apresentação pela CUT de uma plataforma básica de reivindicações, que seriam desdobradas nas campanhas locais e por um planejamento que objetivasse a concentração destas campanhas em um mesmo período. Este processo, segundo esta proposta, criaria condições para um posterior desenvolvimento das lutas em um patamar superior de generalização.

Contudo, a ação dos trabalhadores, a profunda disposição apresentada por inúmeras categorias de levar adiante a luta por suas reivindicações mais sentidas, mantém as condições fundamentais para que se avance na proposta de uma Campanha Nacional. Ao contrário do que formulavam algumas avaliações, os trabalhadores travam uma luta direta contra a política econômica do governo. Neste sentido, a proposta da CUT se dá no sentido de como canalizar estas lutas, como apresentar aos trabalhadores uma proposta que de conjunto se contraponha à política do governo.

Não é outro o caráter da plataforma da Campanha Nacional de Lutas. Esta plataforma reúne as questões essenciais hoje colocadas pelo movimento sindical: salário, emprego, democracia e luta anti-imperialista, estas duas últimas



A plenária do III Congresso da CUT gaúcha

traduzidas nas bandeiras pela participação popular na Constituinte e na luta pelo não pagamento da dívida externa. Ao mesmo tempo, estes eixos se vinculam à luta pela Reforma Agrária e contra a violência no campo.

Desta forma, coloca-se para o II Congresso Nacional a tarefa de aprofundar os debates em torno desta proposta, trabalhando no sentido de garantir uma dinâmica que parta desta plataforma e apresente ao conjunto do movimento uma alternativa de luta, que combine a luta pelas reivindicações salariais e de emprego com a luta pela democracia. Que combine a luta dos trabalhadores das cidades com as lutas dos trabalhadores do campo. Enfim, que tenha condições de dar à luta dos trabalhadores brasileiros uma dimensão continental.

A CUT e a mulher trabalhadora

No processo de discussão preparatória ao Congresso foi elaborado um anteprojeto de tese que trata da questão da mulher. Trabalhado a partir dos problemas específicos enfrentados pelas mulheres trabalhadoras, este documento apresenta duas propostas básicas: a primeira é de que deverá se criar no interior da CUT uma forma de organização que tenha condições de encaminhar as questões específicas das mulheres trabalhadoras. Esta forma de organização estaria vinculada à Secretaria de Política Sindical nos seus vários níveis.

Além desta forma organizativa a tese apresenta a proposta de que seja introduzida entre as bandeiras da Campanha Nacional de Lutas a de "creches para os filhos dos trabalhadores". Esta tese representará, sem dúvida, um avanço importante para o movimento sindical brasileiro.

A construção da estrutura sindical

Esta discussão deve ser feita a partir do seguinte eixo: partindo dos princípios sobre os quais se constrói a CUT (que representa hoje uma concepção de ruptura com a atual estrutura sindical

corporativa e atrelada), qual a forma de estrutura que melhor corresponde à luta dos trabalhadores brasileiros?

Este debate tem avançado bastante desde a última plenária nacional da CUT (realizada em dezembro passado). As principais questões que se colocam nesta discussão são: a construção de estrutura de ligação horizontal dos trabalhadores, o debate federação versus departamento e a discussão sobre a estruturação dos trabalhadores nas fábricas.

Neste debate, o corporativismo não se coloca como uma questão abstrata. No momento em que a CUT propõe uma campanha que globaliza as lutas dos trabalhadores, parte de uma compreensão de que atingimos um estágio na evolução do capitalismo que exige uma luta cada vez mais global.

Desta forma, é necessário pensar em estruturas que respondam a estas necessidades objetivas. Duas questões básicas se colocam:

— A primeira é a de como construir estruturas a nível da base que permitam a confluência destes vários processos de luta em curso. Principalmente nas regiões de grande concentração operária e de outras categorias, devemos buscar criar formas de organização horizontal, que permitam o relacionamento direto entre trabalhadores de várias categorias. O aprofundamento das experiências como as Zonais da grande São Paulo ou os Comandos de Mobilização da Regional ABC são fundamentais.

— o segundo elemento é a questão "federação versus departamento." Esta discussão encontra-se hoje em um patamar bastante superior ao que estava na plenária nacional da CUT. A proposta apresentada pela Executiva Estadual de São Paulo tenta resolver vários problemas que se apresentavam anteriormente na proposta de federações. Contudo, permanece um elemento fundamental. Não se trata apenas de dizer qual estrutura está mais ou menos subordinada à CUT, ou qual estrutura é mais ou menos orgânica à Central.

O que está em discussão é como

construir uma estrutura que corresponda ao objetivo de permitir que a CUT seja referência de direção para o conjunto dos trabalhadores. A construção de federações introduz um forte elemento no sentido do debilitamento objetivo da direção da Central, além de criar uma dinâmica massiva de incentivo à divisão na base do movimento sindical.

Estatutos: consolidar a democracia

Finalmente, a discussão de estatutos marca outro ponto importantíssimo nos trabalhos do Congresso. Não se trata aqui de se perder em um amontoado de questões que podem desviar os debates para uma simples discussão administrativa.

A questão da proporcionalidade é sem dúvida alguma o tema que tem resultado em maiores polêmicas nos debates preparatórios. É importante assinalar que em todos os Congressos nos quais esta questão foi à votação, aprovou-se a manutenção da proporcionalidade na composição das executivas.

Colocar a questão da proporcionalidade como mera questão administrativa, com o argumento de que é mais fácil o trabalho de uma executiva se ela tem um razoável grau de homogeneidade, é não discutir a essência do problema. Seria um absurdo afirmar hoje que as executivas da CUT têm meramente tarefas executivas. Tratam-se, em verdade, de instâncias de direção cotidiana da Central. Desta forma, as executivas deparam-se em vários momentos com a exigência de definição de políticas, de desdobramento de políticas traçadas pelas direções ou plenárias ou até mesmo dos Congressos. Neste sentido, a presença dos setores que tem real representatividade no interior do movimento é ponto básico a partir do qual se constrói qualquer direção.

Outro elemento importante é o que se refere à relação da Central com as oposições que se referenciam na CUT. A CUT deve ter uma política clara de relação com as oposições nos sindicatos cujas diretorias não se comprometam com a CUT. O reconhecimento deve garantir a filiação de agrupamentos de trabalhadores.

Um ponto que também tem sido destacado nos debates é o da questão do período entre os Congressos. A proposta que está apresentada pela executiva é de um intervalo de três anos entre os Congressos. É necessário compreender que a CUT ainda se encontra em processo de consolidação, no qual uma direção terá que passar por vários processos de experimentação até se afirmar. Desta forma, a proposta de dois anos de intervalo entre Congressos permite, ao mesmo tempo, um período de maior experimentação de uma direção e a possibilidade do movimento garantir um controle maior sobre a sua direção.

Editorial Lutar pela unidade no II Congresso Nacional da CUT

Unidade política e democracia nas estruturas para desencadear uma ampla campanha nacional de lutas contra o governo e os patrões no segundo semestre.

A onda de cinismo, de mentiras e de calúnias contra o PT e a CUT só têm paralelo na violência com que as classes dominantes vêm reprimindo as lutas dos trabalhadores. Em Leme, pequena cidade do interior de São Paulo, o máximo de cinismo e de violência marcaram encontro: uma guarnição da polícia abriu fogo durante cinco minutos contra bóias-frias desarmados — matando duas pessoas e ferindo 47 — e a imprensa burguesa, o diretor da Polícia Federal e políticos do PMDB acusaram deputados do PT de serem os responsáveis pela chacina!

Vem em boa hora, portanto, o II Congresso Nacional da CUT que se reunirá no Rio de Janeiro a partir do dia 29 de julho. Será seguramente o maior fórum já reunido na história do movimento operário brasileiro, com a previsão de participação de mais de sete mil delegados.

A pauta do Congresso se deterá especialmente sobre dois grandes temas: como aprofundar e unificar o processo de superação da atual estrutura sindical, isto é, como avançar a construção da CUT; como unificar as lutas neste segundo semestre em uma campanha nacional dos trabalhadores urbanos e rurais.

Realizado às vésperas do momento culminante da transição burguesa — a eleição para o Congresso Constituinte — e em meio a um cerrado ataque das classes dominantes, o Congresso tem um só desafio: construir a unidade dos milhões que estão lutando e, com esta força, atrair para a ação outros milhões que estão isolados, confusos ou vacilantes.

Fatos preocupantes

Causa preocupação e espanto neste contexto, onde a unidade deveria ser buscada com o máximo empenho e seriedade, que congressos estaduais da CUT tenham sido marcados por fortes



disputas internas e até mesmo por divisões. O fato mais grave se deu em Minas, onde em função da disputa dos postos de direção, o Congresso se dividiu (ver matéria na página 5). Mas também em São Paulo, o Congresso foi perpassado por uma forte tensão de disputa e, no Rio Grande do Sul, o setor minoritário se recusou a participar da direção executiva estadual da CUT eleita.

A CUT tem experimentado em 1985 e em 1986 um forte processo de crescimento. A cada mês são mais e mais os sindicatos para os quais são eleitas diretorias que se referenciam na CUT. E à medida em que vai se consolidando o

alterando a heterogeneidade e o peso das correntes políticas em seu interior. É natural, a partir daí, que se acenda a luta política no interior da CUT sobre os seus rumos e de suas lutas.

É exatamente por isso que a defesa intransigente dos princípios da democracia operária se faz necessária. A democracia passa a ser cada vez mais um condicionador da unidade e da própria capacidade da CUT dirigir as lutas.

É inadmissível que não se reconheçam decisões legitimamente tomadas por congressos da CUT, apoiadas inclusive em critérios definidos pela própria direção nacional da entidade, como ocorreu em Minas. É incorreto

que, no afã de controlar postos de direção, maiorias eventuais desconheçam o esforço necessário que deve ser feito no sentido da unidade. Não fortalece a CUT a pretensão demonstrada pelo setor majoritário em São Paulo de compor "direções executivas puras"; em nome de uma pretensa funcionalidade do organismo.

Particularmente preocupante é a intenção, contida na tese apresentada pelo setor que foi maioria no Congresso em São Paulo, de rever os princípios dos estatutos da CUT, que garante o critério de proporcionalidade das chapas em todas as instâncias de direção. A aplicação do critério da proporcionalidade no interior da CUT é fundamental para sua construção como organismo de frente única, para a democracia na nova estrutura sindical que se quer construir.

Todos estes equívocos jogam para a mesma direção: secundarizar a busca da unidade do movimento para enfrentar os seus inimigos de classe, invertendo os esforços para uma luta interna mesquinha que, no limite, esterilizará a capacidade de luta do movimento.

Um Congresso de unidade

A CUT, fruto do embate entre trabalhadores e a burguesia, da disputa entre os setores classistas e os pelegos e reformistas, já construiu um importante patamar de unidade em seu interior. É sobre este patamar, que deve ser aprofundado no Congresso, que deve se construir a futura direção nacional da entidade. A criação de falsas divergências, o estímulo ao sectarismo são particularmente daninhos no momento atual.

Se queremos ser capazes de construir um amplo movimento de luta unitária da classe neste segundo semestre, que questione a fundo a política econômica do governo e seu caráter repressivo, temos que ser capazes de construir a democracia e a unidade em nosso próprio movimento.

O fracasso político do Plano Cruzado

trabalhadores mantiveram neste ano um nível de atividades grevistas semelhante ao verificado em 1985, quando ocorreu um número recorde de grevistas no país (cerca de 6,5 milhões). Nos cinco primeiros meses deste ano, foram paralisados 1.086 estabelecimentos, enquanto que no ano passado este número foi de 312, menos de 1/3 portanto. Porém, neste mesmo período, houve 37,7% de grevistas a menos do que ano passado.

A combinação destas duas informações leva a uma segunda conclusão importante. Pois, se aumentou o número de greves e diminuiu o número de grevistas, é sinal de que ampliaram-se significativamente os processos localizados. Portanto, até o momento o efeito mais negativo do "pacote econômico" foi mais de fragmentar, de dividir os processos de luta do movimento operário do que propriamente paralisá-los ou diminuir os em um grau importante.

Um crescendo das lutas

Esta afirmação é corroborada por outra

informação contida no estudo do ministério do Trabalho: nos três meses após a edição do "Plano Cruzado", foram realizados no país 245 greves; em igual período do ano passado, foram realizadas 157. Ou seja, 65% mais greves do que no ano anterior.

Os dados do ministério do Trabalho indicam uma clara tendência de crescimento das greves ao longo deste ano: janeiro, 34 greves; fevereiro, 36 greves; março, 47 greves; abril, 83 greves; maio, 115 greves.

Este crescimento das greves se combina com outro fato importante, verificado no mês de maio. Se nos primeiros meses do ano, a participação dos trabalhadores paulistas nos movimentos grevistas foi relativamente bem menor do que no ano passado, em maio esta característica foi claramente revertida: verifica-se agora um deslocamento do epicentro das greves para as principais concentrações operárias em São Paulo.

Importante também lembrar que a luta dos trabalhadores rurais e do movimento dos sem-terra tem continuado a incidir neste ano de forma importante na conjuntura,

fazendo com que a reivindicação de uma reforma agrária se torne cada vez mais uma bandeira de todo o movimento operário e popular.

Em síntese: a manutenção de um altíssimo nível de atividade do movimento operário nas cidades coincide, como ocorreu no ano passado, com um processo de crescimento das lutas no campo.

A resposta da violência

Deste ponto de vista, o crescimento da repressão aberta que tem se verificado contra os movimentos grevistas na cidade e os assassinatos no campo encontram uma clara explicação: são a resposta das classes dominantes ao questionamento mais agudo de seus privilégios — necessariamente violenta — a partir do fracasso cooptador do PNRA e do Plano Cruzado.

Tanto por sua dinâmica própria como pela necessidade de fazer frente a disputa cada vez mais dura e violenta, a unificação das lutas se coloca como uma necessidade imperiosa para o movimento operário e popular.

Estudo do ministério do Trabalho revela

Um estudo do ministério do Trabalho publicado na segunda semana de julho foi a pá de cal na crença de que o "pacote econômico" do governo havia seduzido os trabalhadores, conseguindo o que a proposta de "pacto social" não havia realizado. As informações apresentadas pelo ministério do Trabalho são indicadores importantes para que o próximo Congresso avalie a disposição de luta dos trabalhadores e defina com clareza sua política para o próximo período.

Em primeiro lugar, o estudo revela que os

Minas Gerais



Os fatos ocorridos no Congresso Estadual da CUT em Minas Gerais colocam de forma bastante clara o problema de convivência entre vários setores do movimento sindical no interior de uma única central. O respeito às deliberações das instâncias legitimamente instaladas, a compreensão do caráter das divergências no interior de um mesmo campo, que é o do combate pelos interesses dos trabalhadores, são princípios mínimos que devem embasar o trabalho conjunto.

A seguir, reproduzimos um manifesto publicado pelo Sindicato dos Marceiros, que apresenta uma compreensão importante do problema criado, propondo a constituição de uma direção paritária para a CUT-MG, única forma de superar o impasse e garantir condições mínimas para a condução do movimento sindical mineiro neste próximo semestre, até a realização de um Congresso Extraordinário que venha resolver definitivamente o problema.

“Manifesto aos sindicalistas e militantes sindicais da CUT-MG.

“Companheiros:

“1. Realizou-se em Belo Horizonte, nos últimos dias 4, 5 e 6 de julho o II Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores, reunindo centenas de delegados, representantes de trabalhadores da cidade e do campo. Pela

sua expressividade numérica (quase mil delegados) e pela representatividade das delegações, o Congresso conseguiu refletir o avanço das lutas dos trabalhadores e a efetiva afirmação da CUT no movimento sindical mineiro. Caba ao II Congresso a tarefa fundamental de dar continuidade ao processo de construção da CUT no Estado, elegendo uma nova direção capaz de enfrentar os novos desafios colocados para o movimento sindical (...) Essa tarefa, essencial para o fortalecimento de nossa organização e da nossa luta, ficou extremamente prejudicada pela situação de **divisão da CUT-MG** criada durante os trabalhos do II Congresso.

“2. Empenhamos todos os nossos esforços no sentido de que o II Congresso tivesse um pleno êxito nas suas tarefas. Entendemos que a construção da CUT deve se pautar pelos princípios de unidade de todas as correntes que militam em seu interior, reconhecendo a democracia estabelecida pelos estatutos da CUT em todos os seus aspectos. Mais do que isso, entendemos que a unidade deve ser garantida na prática da própria direção da CUT, consolidando-se o princípio de proporcionalidade, garantindo-se o direito de participação na diretoria de todas as correntes representadas no Congresso que tiveram um percentual mínimo. Infelizmente, o setor da CUT-MG que foi

Congresso se divide e cria impasse na CUT

majoritário no último congresso estadual, e encabeçou a sua direção nos últimos dois anos se mostrou contrário a esses princípios. (...)

“3. Este setor da CUT-MG, que foi responsável pelo absoluto imobilismo da antiga direção estadual, rejeita a proporcionalidade nas direções, argumentando que ela “não funciona na prática”. Esse é, na verdade, o argumento de todos autoritários contra a democracia, e com ele não concordamos. Demonstra também um absoluto sectarismo com outras correntes da CUT, negando a possibilidade de um trabalho conjunto de todas elas. Este setor, por seus princípios divisionistas e autoritários e por sua prática no II Congresso, é o principal responsável pela atual situação de **divisão** na CUT-MG.

“4. (...) Os companheiros se retiraram **pelo simples fato de terem perdido uma votação em plenário**. Significativamente, a proposta perdedora visava o desrespeito dos princípios de unidade e democracia contidos nos estatutos da CUT. Propunham, simplesmente, a aprovação do credenciamento de delegados sem a existência do devido quórum mínimo de participantes nas assembleias que os elegeram (em muitos casos faltaram até 30 trabalhadores). (...)

“5. Por outro lado, o setor majoritário dos delegados, que se manteve no Congresso e garantiu a sua realização até o final, demonstrou, na sua maior parte, uma **total insensibilidade para com a situação de quebra da unidade assim criada**. Muitos dos companheiros que se retiraram tem dado uma parcela importante de contribuição nas lutas dos trabalhadores da cidade e do campo e na própria construção da CUT. Eleger uma nova direção com a

ausência desses companheiros é contrariar nossos princípios de democracia e unidade e enfraquecer concretamente a CUT (...). Mais do que nunca, era necessário construir uma direção unitária, composta paritariamente, entre aqueles que se mantiveram no Congresso e aqueles que dele se retiraram. Rejeitando essa proposta, os companheiros da chapa 1, eleita como nova direção estadual da CUT-MG, demonstraram colocar o seu próprio propósito de obtenção de uma hegemonia política na direção da CUT acima dos princípios de democracia e unidade.

“6. (...) Nesse sentido não aceitamos e não concordamos com os que querem a perpetuação da **divisão**. Conclamamos todos os companheiros da CUT-MG para que, nos sindicatos e oposições sindicais, impulsionem a reunificação **imediate** da nossa central. Para essa reunificação propomos os seguintes pontos básicos e fundamentais:

a. o reconhecimento do II Congresso Estadual (...)

b. uma única direção paritária para a CUT-MG (...) Caberá a esta direção paritária responder pela direção da CUT-MG e criar as condições para a realização do III Congresso Estadual, que deve ser antecipado.

c. O Congresso Nacional da CUT: o fórum da reunificação — A constituição dessa direção paritária deve se dar no nosso fórum máximo de deliberação — O Congresso Nacional da CUT, a se realizar proximamente. A partir de uma proposição unificada da delegação mineira ao Congresso, este deve aprovar a constituição da nova direção e dar um término à atual situação de divisão (...)

UNIDADE E DEMOCRACIA NA CONSTRUÇÃO DA CUT!

POR UMA DIREÇÃO PARITÁRIA PARA A CUT-MG!”

São Paulo

Coureiros conquistam escala móvel de 10%

Através de uma greve vitoriosa, os coureiros de São Paulo conquistam a escala móvel de 10% e a quebra do congelamento dos salários. Paulo Skromov

Durante os primeiros 15 dias de julho, os trabalhadores na indústria do Couro de São Paulo, cerca de oito mil, sustentaram uma greve vitoriosa e exemplar, que pegou as empresas no pico de sua produção. Estas empresas, desde a Francal (Feira Industrial do Setor) estavam abarrotadas de pedidos e produzindo a plena capacidade. Este foi um fator chave.

A Fiesp vinha impondo, desde março, um modelo de acordo com apenas 2% de produtividade. O Tribunal do Trabalho, arregimentado pelos ministros da “Nova República”, vinha declarando todas as greves, não só ilegais, mas também inoportunas e impatrióticas, oferecendo armas e os pretextos para os patrões demitirem os trabalhadores por justa causa, quebrando assim os movimentos grevistas.

A nível da categoria, os patrões assumiram uma posição prepotente logo após a edição do “pacote”. Negavam-se a cumprir a antecipação trimestral

estabelecida para abril, alegando que o “pacote” extinguiu este direito. Na conversão de cruzeiro para cruzado, a aplicação de média resultou em um reajuste de 8,4%. Desta forma, a proposta da Fiesp de 2% significava um brutal arrocho (considerando que neste período de janeiro a maio a inflação foi de mais de 40%). A diretoria do Sindicato e a Comissão de Salários prepararam a greve dentro das exigências da lei de greve. Que reação teria diante disto o TRT: reconhecera o caráter legal da greve, garantindo a remuneração dos dias parados e os demais direitos garantidos na lei?

Após uma semana de greve, o TRT julgou a greve “injustificada”, decisão inédita e baseada apenas em sofismas e casuismos, uma postura política de defesa intransigente do “pacote”.

Histeria e machismo

O juiz revisor Coutinho, chegou às raias da histeria ao justificar seu voto

contra a reivindicação de “creches para os filhos das operárias”. Emitiu uma declaração muito significativa do espírito anti-operário da maioria dos juizes, ao declarar: “Não tem nada que dar creches para estas operárias... sei lá onde foi que arrumaram estes filhos, aí pelas esquinas... e depois é o patrão que tem que arcar com creche... é preciso mesmo é dar cadeia, o que está faltando é cadeia...”

Saíram desmoralizados tanto o TRT quanto a lei de greve, já que os trabalhadores desconheciam a decisão e prosseguiram sua greve até a obtenção de mais de vinte acordos por empresa, atingindo mais de 70% da categoria. No momento de fechamento desta edição, a luta prossegue num esforço para estender as conquistas a toda a categoria.

Os salários deste setor da categoria foram efetivamente descongelados, pois os aumentos obtidos variaram entre 10 e 35% sobre os salários atuais. O

piso salarial foi a faixa onde se conseguiu os maiores aumentos e em todos os acordos se conquistou a escala móvel a cada 10% de inflação. Em muitos acordos garantiu-se a redução da jornada de trabalho e o salário profissional para costureiras, cortadores e oficiais.

O maior saldo desta luta foi o avanço organizativo e o aumento da confiança dos trabalhadores em sua própria capacidade de luta. Foi a primeira greve dos coureiros em São Paulo em que o apoio externo das demais entidades filiadas à CUT foi evidente e decisivo. Após esta greve, a CUT passa a ser algo muito concreto e respeitado por toda uma massa de trabalhadores, deixando de ser apenas uma referência para a vanguarda da categoria. A experiência desta greve vitoriosa merece ser estudada com muita atenção pelas direções sindicais classistas, tanto por seus resultados quanto por introduzir elementos táticos completamente novos.

CUT/São Paulo

Unidade política e forte tensão na escolha da direção

Mais de 1200 delegados inscritos, representando cerca de uma centena de entidades sindicais, credenciam o II Congresso da CUT Estadual de São Paulo como um evento importante no desenvolvimento do movimento sindical combativo do Estado.

Porém, foi a disputa política interna que abrangeu o período anterior ao Congresso e chegou à própria plenária que lhe deu a marca. Além disto, é importante distinguir entre disputa explícita, aberta, que existiu parcialmente na discussão política, daquela disputa embutida, implícita e encoberta do debate sobre o perfil que deveria ter a nova direção estadual.

Uma polarização artificial

Ao Congresso chegaram duas teses fundamentais: a da direção executiva estadual e a tese **CUT pela base**, defendida por um leque de sindicatos e oposições sindicais, (Plásticos, Couros, Sapateiros de Franca, Oposição Metalúrgica de São Paulo, Vidros etc).

As discussões em plenário concentraram-se em três pontos: dívida externa, "alternativa dos trabalhadores" e Constituinte. Porém, ao contrário de significar uma polarização entre posições claramente colocadas, o que houve foi muito mais a polarização

entre os debatedores. Isto foi muitas vezes incentivado sobretudo pelas intervenções dos delegados que, dizendo defender a tese da direção executiva, distorciam o seu conteúdo.

Um exemplo disso foi o debate sobre a questão da "alternativa dos trabalhadores". A discussão básica era se a CUT, enquanto central, pode ou não ter, para a conjuntura, um programa classista para o conjunto dos explorados e oprimidos, que se contraponha ao programa da burguesia.

Esta polêmica serviria para demarcar o campo entre aqueles que defendem uma CUT eminentemente restrita às questões sindicais, com os que propõem o avanço da CUT no campo político (não partidário). Contudo, a polêmica em plenário não refletia uma contradição entre as teses, já que a tese da Executiva, mesmo enfatizando que a construção de uma Alternativa era tarefa do partido, nas propostas práticas colocava de fato a CUT nesse papel de encabeçadora de todos os explorados e oprimidos do país. O resultado da votação surpreendeu os articuladores da Executiva: 60% para a tese "CUT pela base" e 40% para a tese da Executiva.

No debate sobre a Constituinte esta questão se evidenciou com



mais força: a proposta de emenda da tese "CUT pela base" era um adendo não contraditório ao texto da Executiva. Para mostrar o grau de polarização, foi necessário realizar a contagem dos votos e a votação terminou empatada: 479 votos a favor de cada proposta e 2 abstenções.

A grande questão: a democracia na CUT

Se nos temas políticos, as polarizações não permitiam caracterizar blocos cristalizados no plenário, com posições claramente definidas e divergentes, procurou-se produzir uma dinâmica de acirramento e tensão que fosse nesta direção.

Na realidade, a questão de fun-

do era o debate sobre o perfil da futura direção e de quais setores participariam desta direção. O único indício mais aberto desta discussão era a proposta da executiva estadual de suprimir a proporcionalidade na composição das chapas que concorressem à executiva nos Congressos da CUT. Esta proposta foi aprovada em apenas um dos quinze grupos de trabalho. Na realidade, a discussão que se colocava era a de se um setor que detivesse pouco mais da maioria de um Congresso poderia pretender ter exclusividade de participação na executiva da CUT?

Este debate surdo permeava o Congresso e só passou para os delegados na forma de um conchavo ao qual eles não tinham acesso. Durante todo o período vários se-

tores buscaram a articulação de uma única chapa, pois compreendiam que as divergências que se apresentavam concretamente (e não as que alguns pretendiam exacerbar) não justificavam politicamente duas chapas e, além disso, havia um clima muito tenso que poderia levar a um processo de desagregação do Congresso. Contudo, setores da Executiva da CUT estadual buscavam criar condições para forçar inclusive à exclusão ou a uma participação muito minoritária de dirigentes que significavam a referência de parcela substantiva do plenário do Congresso. Com esta finalidade, chegou-se a exercer pressões sobre delegados, contrariamente a qualquer princípio de democracia operária.

Na realidade, o tema principal com o qual a futura direção da CUT paulista terá que se debruçar é o de como, a partir da constatação óbvia de que existem setores com visões diferenciadas, mas que têm uma participação real e um papel efetivo de direção no movimento sindical, deve ser construída uma direção para a CUT. A não compreensão desta questão básica para o movimento, pode fortalecer visões com fortes desvios burocráticos, que compreendem a construção da direção apenas como a construção da hegemonia de um setor e o alijamento dos demais.

Rio Grande do Sul

III Congresso demonstra força da CUT

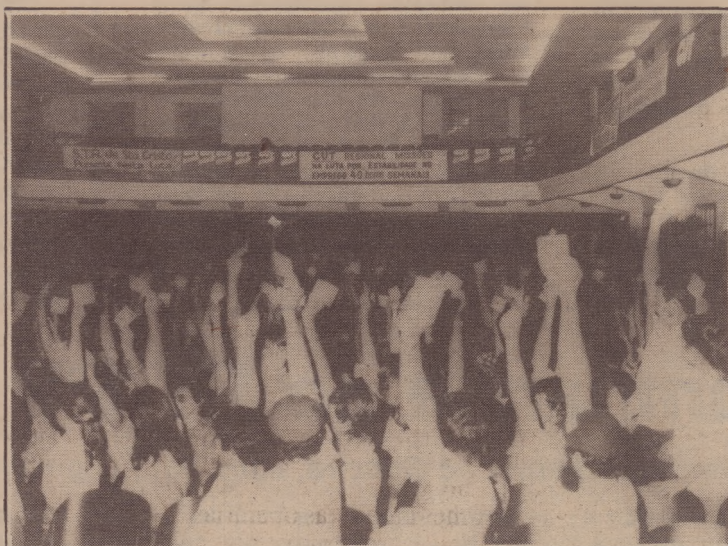
O III Congresso da CUT no Rio Grande do Sul, realizado nos dias 21 e 22 de junho, teve a participação de 1.096 delegados, representando 133 categorias e uma base de 880 mil trabalhadores gaúchos. A CUT no Rio Grande do Sul conta hoje com a filiação de 46 sindicatos, dois de trabalhadores rurais e dezenas de oposições sindicais.

Nas resoluções aprovadas, está em evidência o reforço da luta contra o "pacote econômico". Foi denunciado o seguro desemprego embutido no Plano Cruzado, que deixou de fora mais de doze milhões de trabalhadores brasileiros que se encontravam desempregados no momento da decretação do pacote, que tem um valor de apenas 70% do salário mínimo e, ainda assim, não está sendo sequer aplicado.

Outro assunto debatido foi da Constituinte, considerada de caráter elitista e autoritária. A proposta aprovada no Congresso coloca como necessidade central a eleição de representantes dos trabalhadores, formando um bloco que defenda as questões mais importantes da luta dos trabalhadores e de interesse da maioria da nação.

Reforma agrária já

Centenas de delegados de sindicatos de trabalhadores rurais presentes ao Congresso demonstra-



O Congresso gaúcho contou com forte presença rural

ram porque a reforma agrária é de interesse de todos os trabalhadores. Eles propõem a desapropriação de todos os latifúndios — produtivos e improdutivos — e de empresas rurais que ultrapassem os 500 hectares por proprietário.

O III Congresso colocou a necessidade de levar aos trabalhadores urbanos a luta pela reforma agrária, assumindo esta bandeira nos dissídios coletivos e organizando o apoio integral para os sem-terra da Fazenda Annoni, desde o dia 23 de junho acampados em Porto Alegre. Foi aprovada uma campanha de recolhimento de uma hora de salário de todos

os trabalhadores de sindicatos filiados à CUT para a luta dos sem-terra.

A eleição da nova direção

Jurandir, presidente do Sindicato dos Telefônicos, foi eleito o novo presidente da CUT gaúcha. Ao seu lado, na direção executiva, estão: Roque Barbieri, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Farroupilha; Siderlei de Oliveira, da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação; Antonio Sanzi, do Sindicato de Bancários de Porto Alegre; João de Freitas Lima, do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas; Miguel

Rosseto, do Sindipólio; Enid Bacques, da Associação dos Sociólogos; Juarez Tozzi, do Sindicato dos Jornalistas e Elvino Bohn Gass, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo.

Houve, durante todo o Congresso, uma polêmica em torno da formação da direção. Inicialmente, dois companheiros concorriam à presidência. No decorrer das discussões, o companheiro Siderlei abdicou em favor de Jurandir. Não houve entendimento, no entanto, em torno da secretaria rural.

A avaliação desta questão é muito importante, pois originou um confronto que desenvolveu-se, contrariamente aos princípios democráticos de funcionamento da CUT, com a renúncia de vários companheiros que antes participavam da chapa unitária.

A origem da discussão está no próprio processo de organização da CUT no Estado. A direção anterior teve muita dificuldade em manter uma presença atuante nos movimentos e onde isto se fez sentir mais foi justamente na secretaria rural.

A secretaria rural conviveu com o agravamento da representação na luta dos sem-terra, apesar da presença importante neste movimento de setores que têm referência na CUT. Expressão desse problema foi, por exemplo, a decisão

da direção dos sem-terra de que na caminhada da Annoni a Porto Alegre, não poderiam haver faixas da CUT e de partidos que apoiam o movimento. Como era de se prever, só havia faixas da CGT na caminhada!

Por outro lado, a corrente representada pelos companheiros Paulo Farina, do Sindicato de Erechim, e Nadir Savoldi, de Rodeio Bonito, integrantes da direção executiva anterior e da secretaria rural, não conseguiu avançar na construção da CUT sequer em sua base.

Há dois sindicatos rurais da região das Missões que se filiaram à CUT neste período: o de Três de Maio, onde desponta uma direção de um forte movimento de mulheres camponesas e o de Santo Cristo, respaldado em um movimento de pequenos produtores rurais.

A solução apresentada pela chapa unitária ao plenário era a de representação dos dois setores, os companheiros Farina e Savoldi na vice-presidência, e os companheiros Elvino e outros através da secretaria rural. A proposta não foi aceita pelos companheiros Farina e Savoldi, que pretendiam a representação nos dois cargos. Comprovadamente minoritários em plenária, resolveram se retirar da chapa e, conseqüentemente, da direção executiva da CUT no Estado.

Rio Grande do Sul

A luta pela reforma agrária vai à cidade

Em 29 de outubro do ano passado, 6.500 pessoas ocuparam uma área de 9 mil hectares da Fazenda Annoni, Sarandi, na região do Alto Uruguai. Mas esta não foi a primeira ocupação levada por agricultores sem-terra no período recente. Em 79, colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai ocuparam as fazendas Macali e Brilhante. Nesta mesma época, no Paraná, iniciou-se a luta dos agricultores que tiveram suas terras alagadas por Itaipu. Em 80 multiplicaram-se as ocupações de terra, agora em Santa Catarina e São Paulo.

No ano de 81 todos conheceram a luta dos colonos de Encruzilhada Natalino, um marco inicial na organização dos trabalhadores sem-terra no Rio Grande do Sul. Em 84 foi organizado o acampamento de Erval Seco e a luta toma conta do campo brasileiro. Foi o ano do I Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel, no Paraná. Hoje, só na região sudoeste do Paraná existem mais de 20 acampamentos, num total de 5 mil famílias acampadas.

Annoni: da romaria à greve de fome

Passados mais de oito meses de acampamento e sem nenhuma perspectiva de solução para o problema, os acampados da Fazenda Annoni resolveram fazer uma grande mobilização para pressionar o governo da "Nova República". Foi assim que nasceu a proposta de uma longa caminhada, de 420 km, de Sarandi a Porto Alegre. Nesta caminhada, os colonos passaram por dezenas de localidades e municípios. Em cada cidade realizaram manifestações pela Reforma Agrária, contra a violência dos latifundiários e seus jagunços.

Após 28 dias de caminhada, os sem-terra chegaram a Porto Alegre. Cerca de 250 colonos e mais de cinco mil pessoas percorreram os municípios da grande Porto Alegre, realizando grandes manifestações em São Leopoldo, Canoas e na Praça da Matriz, em frente ao palácio do governo do Estado. Acampados no saguão da Assembleia Legislativa e nos jardins do Inbra, os sem-terra fizeram jejum de um dia, em



Na avenida Assis Brasil em Porto Alegre, a caminhada dos sem-terra.

protesto contra o descaso do governo. Outras greves de fome foram iniciadas, simultaneamente, em outros Estados e na própria sede do Mirad, em Brasília.

A "reforma agrária" de Sarney

No dia da chegada em Porto Alegre foi anunciada a desapropriação da Fa-

zenda Annoni e de cerca de mais de 5.500 hectares distribuídos entre as fazendas São Pedro, situada em Guaíba, a Fazenda Ramada, em Júlio de Castilhos e Seival, em Cruz Alta. Na Annoni, de acordo com uma nota de esclarecimento do Movimento dos Sem-Terra, há uma reserva florestal, uma barragem e 66 parceleiros, com 30 hectares cada um. No total, restam para os colonos apenas 4.700 hectares. No caso da Fazenda São Pedro, seu solo é impróprio para a agricultura. Os sem-terra da Annoni querem a desapropriação de 32 mil hectares, necessários para assentar as 1.500 famílias acampadas.

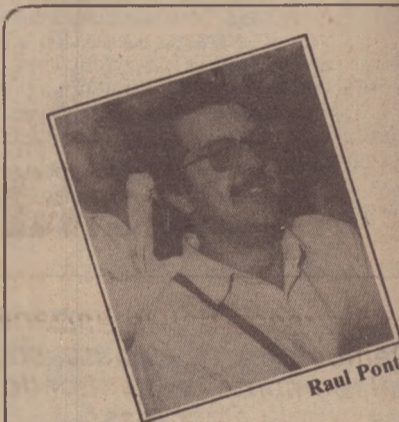
Por sua vez, Marli Castro, dirigente dos sem-terra, denunciou que as desapropriações feitas pelo governo não atendem às necessidades de sequer 10% das famílias gaúchas sem terra, sendo feitas em áreas já de posse, como aconteceu no Pará, Maranhão e Bahia. Poucos sabem que os sem-terra no Rio Grande do Sul já são 140 mil famílias.

O Congresso da CUT: um passo importante

O Movimento dos Sem-Terra vem sentindo que a ocupação área por área da terra está facilitando a tática do governo de tratar cada caso isoladamente. E, quando alguma vitória é arrancada, através de muita luta, o governo tenta passar uma imagem progressista, como se estivesse fazendo efetivamente a reforma agrária.

Assim, a necessidade colocada de generalizar a luta cobra novos desafios para o movimento: fortalecer a sua direção política e o esforço de concretizar as alianças com os outros movimentos sociais, que têm um interesse objetivo na reforma agrária.

Um avanço importante nesta direção ocorreu já no III Congresso Estadual da CUT do Rio Grande do Sul. O tema da reforma agrária foi muito discutido. A luta pela terra foi analisada como tarefa dos trabalhadores urbanos e rurais. Congresso aprovou a proposta de recolhimento de uma hora de salário de todos os trabalhadores para apoiar o movimento dos sem-terra, a qual deverá ser encaminhada já pela nova direção eleita.



Raul Pont

Opinião

transformou a reforma agrária. Os latifundiários armam jagunços e, com a conivência do governo, assassinam trabalhadores rurais em todo o país. É um momento decisivo, e nós, trabalhadores da cidade, lutadores do movimento operário e popular, sabemos da nossa responsabilidade.

Mais de cinco mil pessoas estiveram presentes no ato de solidariedade aos sem-terra na Praça da Matriz, dia 23 de junho. Em todas as cidades por que passaram, os sem-terra encontraram sindicatos, associações de bairro e militantes do Partido dos Trabalhadores para apoiá-los. Agora temos que efetivamente assumir o que já demonstramos nos atos públicos, nas passeatas. A luta dos sem-terra no Rio Grande do Sul assumiu uma proporção sem precedentes na história, em função do tamanho da injustiça, do espólio, da violência de que são vítimas as 140 mil famílias sem-terra do Rio Grande do Sul.

A luta pela reforma agrária dá um grande passo com a caminhada dos sem-terra da Fazenda Annoni. Durante quase um ano, 1500 famílias estiveram acampadas em Sarandi, à espera de uma resposta do governo à sua exigência: 32 mil hectares de terra para plantar.

Já estivemos ao lado dos colonos da Encruzilhada Natalino, o histórico acampamento de 1981. A cada novo acampamento, abre-se uma batalha desta grande guerra em que se

Rio de Janeiro

Cresce a campanha do PT/PV

Aqui, um primeiro balanço da campanha feito por Fernando Gabeira, candidato a governador do Estado.

— Sua candidatura foi lançada pela aliança entre PT e PV, com o objetivo de criar um pólo de esquerda em oposição à Aliança Democrática e ao populismo brizolista. Este objetivo está se viabilizando?

Gabeira — Sim. Está sendo viabilizado este objetivo. Conseguimos até agora atrair algumas forças políticas. Um partido, o PH, setores do PSB, setores do PCB e alguns setores desiludidos com o PDT.

— Sobre que pontos programáticos o PT e o PV se uniram nestas eleições?

Gabeira — Para dizer a verdade, elaboramos um documento na Convenção do PT onde foram afirmados os pontos programáticos comuns: "o manifesto verde e vermelho". Por trás deste

documento existiu a preocupação de unir duas linhas: uma que enfatiza a justiça social e outra que defende a natureza (o meio ambiente). Essas duas linhas é que deram origem aos pontos programáticos comuns: Reforma Agrária, Reforma Urbana, direito de greve, denúncia do projeto nuclear brasileiro, combate ao desemprego, suspensão do pagamento da dívida externa e denúncia do caráter da Constituinte.

— Você encara esta aliança como necessária apenas a esta eleição ou sua perspectiva é que ela se desenvolva em uma ação comum no movimento popular daqui em diante?

Gabeira — Nossa perspectiva é de uma aliança permanente, com um des-

dobramento que visa fazer desta frente vermelha e verde o que nós chamamos de uma frente arco-íris, onde outras forças possam ir gradativamente se incorporando.

— O PV, em sua opinião, deverá se estruturar como uma corrente interna ao PT ou buscará se legalizar?

Gabeira — Neste momento estamos discutindo o assunto. Tudo dependerá de como a sociedade se comportar. A nossa identidade com o PT está sendo muito acentuada na prática comum na campanha eleitoral. Aumentou muito a consciência social dos militantes do PV, assim como se ampliou a consciência ecológica no PT.

— Sua candidatura vem crescendo nas pesquisas. A que você atribui este

crescimento?

Gabeira — Atribuímos este crescimento ao trabalho conjunto que vimos desenvolvendo em torno da candidatura. Acreditamos que este crescimento será muito maior quando começarem os programas de TV, apesar do golpe que sofremos com a divisão do tempo para a propaganda gratuita.

— Qual a sua expectativa em termos de resultado eleitoral, para a atual campanha para o governo do Estado?

Gabeira — Nossa expectativa é de sairmos da campanha tendo afirmado um pólo de esquerda não populista no Estado. Não sabemos qual a percentagem dos nossos votos, mas estamos trabalhando todo o tempo com uma chance real de vitória.

— Quais foram os principais debates e resoluções do III Congresso da ORM-DS?

João Machado — As questões que discutimos no nosso Congresso são, de modo geral, as questões que estão sendo discutidas no PT e na CUT, no movimento operário e popular. Nosso esforço é justamente no sentido de, partindo do nível de definições do PT e da CUT, elaborar propostas mais definidas, mais avançadas, que submetemos ao debate de todo o partido e do movimento.

O Congresso discutiu basicamente três temas: a situação geral da conjuntura e as tarefas que se colocam para o movimento operário e popular; a análise e as tarefas específicas do movimento sindical; a construção do partido revolucionário hoje.

No tema da conjuntura, o debate se centrou em três grandes eixos. Em primeiro lugar, um balanço geral da transição burguesa, um ano e meio após o fim da ditadura, procurando superar visões impressionistas, consolidar definições e métodos que auxiliem em uma análise da margem de manobra da burguesia, da evolução da luta de classes no próximo período. Em segundo, um esforço especial de avaliação da política econômica do governo Sarney, o "Plano Cruzado", seus efeitos, como enfrentá-lo. Por fim, como combinar a luta do movimento sindical com a participação do movimento operário na Constituinte nestes próximos meses.

Há uma questão de conjunto colocada: como impedir a estabilização de uma ordem conservadora, antipopular, burguesa, como é a "Nova República"? Qual é a correlação de forças hoje e como podemos mudá-la a nosso favor? Que alternativa ao projeto das classes dominantes devemos propor e construir?

A resolução sobre o movimento sindical tem, por sua vez, um enorme significado para a nossa corrente, que tem

Há uma questão de conjunto colocada: como impedir a estabilização da "Nova República" e que alternativa devemos propor e construir?

grandes e crescentes responsabilidades neste movimento. É uma revolução de conjunto que abarca: uma sistematização, a partir da experiência histórica do proletariado, o papel particular do sindicato e do partido na luta do movimento; um balanço dos avanços — e também das debilidades que persistem — do movimento operário desde o grande ascenso de 1978/79; uma proposta de conjunto para a transformação radical da atual estrutura sindical, rumo a um sindicalismo classista, democrático, autônomo e unitário; a definição de um programa de reivindicações e de uma tática para uma campanha nacional unificada do movimento operário, rumo à greve geral.

Por fim, o tema da construção partidária que para nós significa a construção do PT, de como reforçá-lo e contribuir para o seu avanço político rumo a um partido revolucionário de massas; da nossa relação como uma corrente marxista revolucionária, em particular com as correntes revolucionárias que buscamos unificar mais politicamente, de modo a termos condições de dar uma maior contribuição para o avanço do partido.

— E houve questões que foram objeto de polêmicas não resolvidas?

ORM-DS realiza o seu III Congresso



João Machado, membro da direção da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista, seção brasileira da IV Internacional, comenta o significado dos debates e resoluções do III Congresso.

João Machado — É claro que não poderíamos ter a pretensão de resolver tudo. Em geral, temos avançado nas nossas definições políticas debatendo com o conjunto do PT e da CUT, trocando experiências, procurando desenvolver uma reflexão comum a partir da experiência do movimento operário, do Brasil e internacional.

Como questões não resolvidas para nós, eu destacaria principalmente duas. Em primeiro lugar, um conjunto de debates sobre a estratégia da revolução brasileira. O Brasil é hoje um país de capitalismo dependente, marcado por profundas desigualdades, mas com um grau de desenvolvimento capitalista nada desprezível. Podemos falar de um país semi-industrializado e dependente.

Por isso, a revolução brasileira será diferente, por exemplo, da revolução russa: o capitalismo hoje é mais desenvolvido, não enfrentamos um aparelho de Estado rudimentar como carisma, a dominação ideológica da burguesia é hoje muito mais difícil de enfrentar. O peso de movimentos como, contra a opressão das mulheres ou dos negros será grande. Por outro lado, as formas de luta e de poder, como soviets, insurreição e greve geral, terão certamente um lugar destacado aqui.

A revolução brasileira será também distinta da revolução nos países imperialistas, que não têm de enfrentar nem a questão da dominação imperialista, nem a enorme desigualdade de um país como o nosso, a importância que tem a

questão da terra ou do movimento popular urbano. Mas será ainda mais distinta das experiências que nos são mais próximas, como a da Nicarágua ou de Cuba: o grau de desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da burguesia, não é nem de longe comparável. Desta forma, temos toda uma experiência internacional de lutas revolucionárias que nos ajuda a refletir, mas que não podemos repetir. E esta discussão tem de se colocar para nós, na segunda metade dos anos 80, de uma forma muito mais concreta do que nos debates que fazíamos, por exemplo, na década de 60, sobre se a revolução seria socialista ou democrático-burguesa — este debate

Dois grandes questões que estamos aprofundando o debate: a estratégia da revolução brasileira e a aplicação da tática da frente única na atual conjuntura.

te está evidentemente superado.

Uma segunda questão não resolvida, que tem a ver com o problema mais geral da estratégia da revolução brasileira, é a de como aplicar aqui hoje uma política de frente única.

— Mas e quanto à relação com o PT de uma organização marxista? Não há aí uma incoerência? Ou, como falam setores da "articulação dos 113", isto não é ter um partido dentro do partido?

João Machado — Não há nenhuma

incoerência. Nossa posição, quando começou o processo de construção do PT, era de que não havia nenhum partido operário revolucionário no país, e que era necessário construir um; que um partido revolucionário (e se falamos em partido, estamos falando em influência de massas) não poderia ser o resultado apenas do crescimento de nenhuma das organizações revolucionárias existentes e, portanto, nem da nossa. A concepção geral da IV Internacional para a construção de partidos revolucionários hoje é de que temos de reunir várias condições: processos de convergência e fusão dos revolucionários, desenvolvimento de novas vanguardas operárias combativas, fusão dos quadros marxistas com a vanguarda operária, constituindo uma unidade superior.

Vemos o processo de construção do PT justamente como um processo de desenvolvimento de uma ampla vanguarda operária e popular, e ao mesmo tempo de convergência de revolucionários de várias origens, que se bem sucedido chegará a um partido revolucionário. Dentro deste processo, nossa corrente tem uma contribuição específica a dar: sobre várias questões programáticas decisivas, imprescindíveis para um partido revolucionário. Por exemplo, sobre a crítica ao estalinismo e a concepção de democracia socialista, sobre a independência de classe, sobre o internacionalismo.

— Mas muitos militantes do partido, ou outros, acham que ter uma corrente organizada no interior do PT é uma deslealdade, e que seria mais correto que cada corrente tivesse seu partido.

João Machado — Acho que há um grande erro nisso. Por que nos acusam de deslealdade? Não há ninguém que se empenhe mais do que nós na construção do PT, e isto desde a primeira hora. Defendemos claramente nossas posições no PT, enfrentamos o debate com todas as correntes, e seguimos as orientações definidas pelo partido. Poderiam nos acusar de deslealdade se fossemos algum grupo secreto que tentasse manipular o PT. Nós fazemos justamente o oposto.

E a idéia de que cada corrente deveria formar seu partido é um absurdo total. Temos de lutar contra a fragmentação da esquerda, nosso objetivo deve ser unificar, e não dividir. É óbvio que dividir enfraquece. O que seria da esquerda combativa se lançássemos um partido separado, os castristas outro, os cristãos do PT mais um ou dois, os autonomistas outro e assim por diante... Não haveria maior clareza; pelo contrário, para a massa haveria uma enorme confusão, com divergências muito difíceis de entender. Seríamos uma esquerda totalmente caricata, ridícula.

— E qual é a posição da DS sobre o processo de regulamentação das tendências no PT previsto para o início do próximo ano?

João Machado — É claro que achamos que uma regulamentação deste tipo é positiva e totalmente necessária. Somos favoráveis, e pretendemos funcionar de acordo com as normas que forem adotadas. Por outro lado, é claro que há condições para que uma regulamentação seja aceitável: deve garantir de fato o direito de tendência, direitos realmente iguais para todos, condições de que cada um possa expressar livremente, no interior do partido, as suas posições, não se pode querer através de uma regulamentação abolir a existência das correntes...

O mito da liberdade na pátria do capitalismo

O mundo viu no dia 4 de julho um super-show em volta da Miss Liberty. Mas, no país de Reagan, a liberdade não tem o mesmo sentido para os ricos e para os pobres.

O Senado americano acabou de adotar, por uma enorme maioria, um projeto de reforma fiscal reduzindo as taxas de impostos para os indivíduos e as empresas. Os indivíduos estarão sujeitos a uma tabela que não comporta senão duas taxas: 15 e 27%. O teto de tributação, já diminuído de 70 a 50% em 1981, diminuiria ainda mais para satisfação dos mais ricos. Para dourar a pílula, os senadores previram a elevação do limite de tributação no sentido de excluir das taxas seis milhões de famílias desfavorecidas.

Isto foi suficiente para Ronald Reagan exclamar: "O placar está hoje assim: os contribuintes 1, os lucros particulares 0. A equipe de Cinderela venceu a partida". O grande hóspede da Casa Branca fazia referência à imagem clássica de uma América oscilando entre "Cinderela e Rockefeller". Afirma-se, entretanto, que o país conta hoje com 34 milhões de pobres, de Cindereelas, que não são consideradas e não fazem parte dos excluídos das taxações. Reagan já os privou das indenizações do desemprego mas não os livrou de pagar os impostos. Passado o efeito psicológico que torna popular uma redução de conjunto das taxas de tributação, há Cindereelas que vão reencontrar as suas carroças transformadas em abóboras.

Para as empresas, a taxa de tributação diminuiu de 46 a 30%, mas diversas vantagens, sob a forma de deduções, foram suprimidas. No total, a reforma gerará um crescimento da contribuição das empresas de cem bilhões de dólares em cinco anos. Este projeto corresponde de fato à vontade de Reagan em reformar a tributação, reduzindo o déficit orçamentário.

Apenas três senadores não somaram os seus votos aos 97 partidários da reforma. Esta quase unanimidade representa bem o sinal do consenso existente entre os republicanos (majoritários) e os democratas. Em dezembro passado,

a Câmara dos Deputados havia, por sua parte, adotado um projeto contendo muitos pontos comuns com o apresentado no dia 24 de junho ao Senado.

Os deputados haviam previsto quatro taxas para os particulares contra quatorze atualmente — e uma porcentagem de tributação equivalente a 36% para as empresas. O seu projeto levaria, em cinco anos, a um crescimento de 140 bilhões de dólares de receitas fiscais provenientes das empresas.

Resta portanto realizar uma síntese das duas propostas que se tornará uma nova lei fiscal logo que ela seja rubricada por Reagan. O acontecimento é importante tanto do ponto de vista econômico como ideológico. A reforma se enquadra com efeito no filão do liberalismo professado por Reagan, apesar de se reivindicar de justiça fiscal.

O governo Reagan aprofundou o máximo possível a formação de uma sociedade dual.

Contudo, a política econômica seguida por Reagan após a sua primeira eleição foi igualmente inspirada no receituário keynesiano. Por certo, o presidente americano tomou medidas de inspiração neo-liberal e monetaristas (limitando o crescimento da massa monetária), mas a retomada econômica que conheceu o país, a partir de 1983, não é fruto de métodos de política econômica liberal. Seu mecanismo repousa, ao contrário, sobre o crescimento do déficit orçamentário, o fortalecimento do dólar e a elevação das taxas de juros. Isto, parece-se muito mais com medidas receitadas pelo keynesianismo.

A alta do dólar gerou uma queda relativa dos preços dos bens importados, acompanhado de um déficit comercial que se elevou a 150 bilhões de dólares em 1985, ou seja, um crescimento de 400% com relação a 1981! Uma tal

perda comercial não contentou a todo o empresariado. O setor manufatureiro tradicional foi em particular o mais pesadamente atingido. Não é de se espantar, portanto, que se assista a um debate apaixonado entre os partidários da livre-troca e os defensores do protecionismo.

Entre os primeiros, se encontram os representantes do setor de serviços, em particular financeiros, que conheceram um desenvolvimento notável. A política monetária do governo foi com efeito acompanhada por uma política orçamentária marcada pelo recurso ao empréstimo e ao crescimento da dívida pública. No dia 11 de dezembro passado, o Congresso, que agrupa os senadores e deputados, fixou em dois bilhões de dólares o teto da dívida pública. Em 1983, ele atingia já a cifra vertiginosa de 1.382 bilhões de dólares, ou seja, 43% do Produto Nacional Bruto.

Tornou-se um lugar comum lembrar que uma das causas do déficit espetacular é o crescimento, sob a batuta de Reagan, dos gastos militares, da corrida aos armamentos. Antes, a participação destes gastos diminuía regularmente no orçamento federal, passando de 56,4% em 1956 a 24,3% em 1981.

Em 1981, eles voltaram a crescer para cerca de 38%, o que equivalia ao nível de 1971, em plena guerra do Vietnã. Desde 1980 — Reagan foi eleito em novembro deste mesmo ano — os gastos do Pentágono e das armas nucleares aumentaram respectivamente em 63 e 51% em dólares constantes. O lema é o desenvolvimento dos setores de alta tecnologia que absorvem 20% dos gastos do Pentágono. Vê-se aqui a fragilidade de um equilíbrio econômico baseado sobre um tal setor. Que sobrevenha alguns erros como a explosão da nave Challenger (à qual estavam designadas certas missões militares) ou a explosão de um míssil Titan, e será todo o programa americano de lançamento de satélites que se achará minado.



Os desempregados recebem cada vez menos ajuda

Confrontado com as múltiplas propostas de desarmamento lançadas por Gorbatchev, Reagan esquivou-se tanto quanto possível de dar uma resposta favorável, contentando-se em acusar os soviéticos de ameaçar a paz mundial. Todavia, o chefe do executivo americano deve atualmente responder neste terreno sob pena de perder toda credibilidade internacional. Em uma entrevista concedida a Point de 30 de junho, Reagan disse a propósito de Gorbatchev: "Eu creio que ele quer um encontro. É evidente que eu o desejo de minha parte. É, portanto, agora apenas um problema de data sobre a qual é necessário chegar a um acordo".

A retomada econômica impulsionada em 1983 não foi fruto de métodos liberais

Mas é necessário observar a política econômica de Reagan para compreender que ele não pode ir muito longe na política de desarmamento. A lógica que ele seguiu supõe a continuidade dos gastos militares. A crise do capitalismo o força nesta direção.

Ortodoxia liberal não é a mesma com Reagan, inclusive quando se trata do papel do Estado. É suficiente para se convencer disso lembrar a forma através da qual o Banco Central constantemente intervém para manter a estabilidade e a força do dólar. Este desceu novamente de seu valor histórico por um acordo comum entre os principais países capitalistas. Para o imperialismo da Europa Ocidental e para o Japão, o dólar se tornou muito caro e, nos próprios Estados Unidos, as consequências se tornaram muito pesadas para certos setores.

O governo Reagan deve, portanto, dar conta de tudo isso, mesmo se ele aprofundou o máximo possível uma sociedade dual nos Estados Unidos,

mantendo, ao lado dos setores bem sustentados (como os serviços e a alta tecnologia), um "segundo mundo". Trata-se do setor manufatureiro, de fazendeiros que empregam uma mão-de-obra debilitada socialmente e quase desprovida de ajuda em caso de desemprego. O enfraquecimento da economia americana absorve receitas suplementares do Estado, o que vale dizer que o sistema de proteção social está longe de se tornar equitativo. Muito ao contrário.

A nova reforma fiscal será talvez um terreno de conciliação provisório entre

diferentes setores capitalistas. Mas uma coisa é certa: os milionários vão ter que pagar praticamente a mesma taxa de tributação que a classe média. Milhões de pobres vão continuar a pagar os impostos. Eles não terão a chance de nove mil pessoas que, apesar de ganhar mais de 250.000 dólares, não pagaram um centavo de imposto em 1983.

Como se vê, no seio desta que nos apresentamos como sendo a pátria da liberdade, cada um tem a sua chance. Mas ninguém pode dizer que as chances são iguais...

Assine o Em Tempo: cheque nominal à Editora Aparte Ltda. Cz\$ 40,00

Conselho Editorial: Régis Moraes, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

Diagramação e Secretaria Gráfica: Antônio Delfino

Revisão: Nereu Fontes Ferreira

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajararas, 329 — sala 12 — CEP 30.000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90.000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **Goiania:** Caixa Postal 469 — CEP 74.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031; **Recife:** Caixa Postal 2.028.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.



Estátua da Liberdade

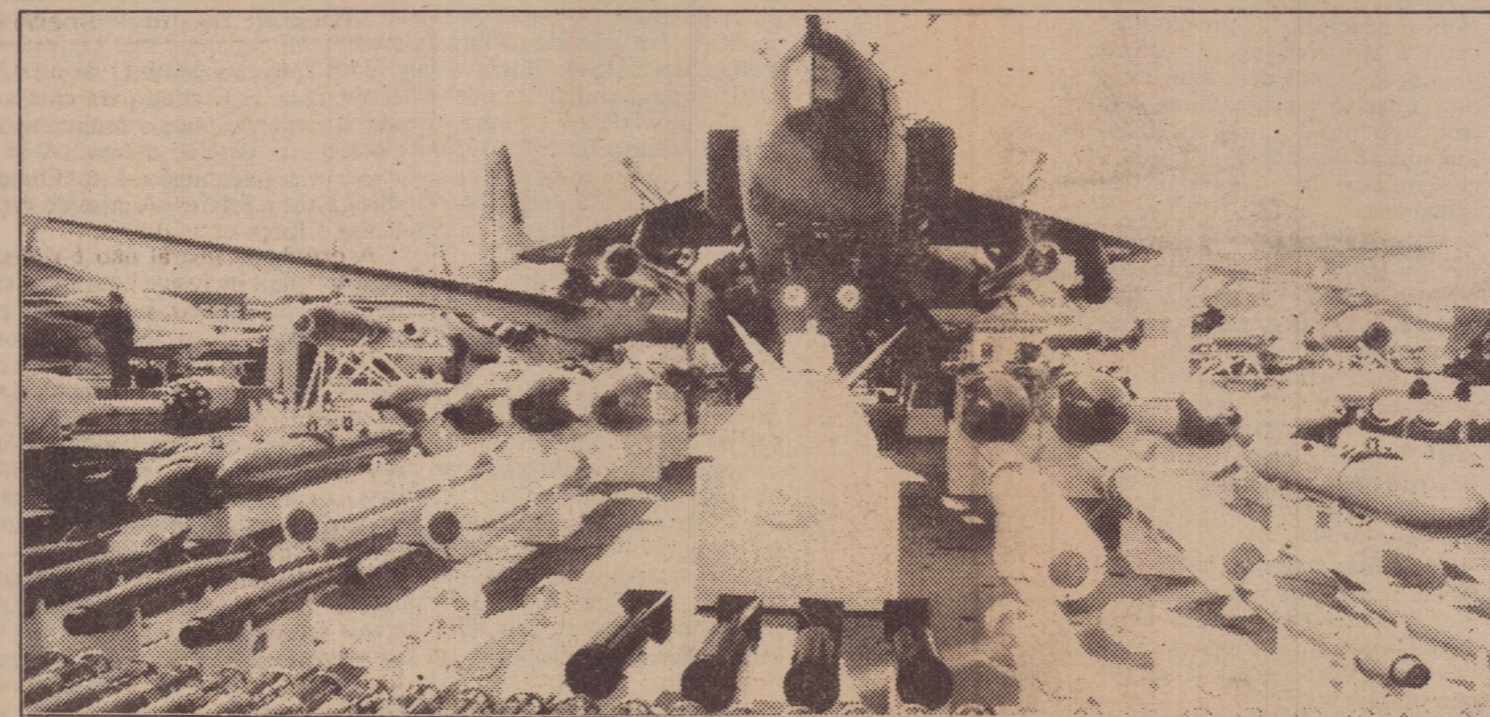
No dia 4 de julho, se festejou o centenário de uma imagem de 125 toneladas, construída na ilha de Manhattan e que tem o nome de Estátua da Liberdade.

Como o dia 4 de julho é também o dia da independência dos EUA, a celebração tomou proporções excepcionais. David Wolper, que organizou as cerimônias do bicentenário dos EUA em 1976 e as cerimônias dos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, foi o mestre do cerimonial.

A festa foi uma orgia de dinheiro. A cadeia de televisão ABC adquiriu por dez milhões de dólares os direitos de retransmissão exclusiva. Pagou-se mil dólares por pessoa por um assento no Liberty Cafe ou dois mil por um lugar a bordo de um barco.

"Se a liberdade ideal é um combate em direção à luz, os Estados Unidos estão mais próximos dela hoje - no campo das liberdades econômicas, das liber-

dades sociais e das liberdades políticas - do que jamais estiveram", escreveu em um editorial lírico o redator do *Time*, na sua edição de 16 de junho. E citou os 9.144 jornais, as 11.328 revistas, as 9.824 estações de rádio, as 941 televisões privadas e as 300 estações públicas. Esqueceu a lei da selva capitalista, os 34 milhões de pobres (para 236 milhões de habitantes). Esqueceu a guerra suja contra a Nicarágua, o apoio ao regime sul-africano e às ditaduras. Esqueceu igualmente esta cruzada pela moral da qual o velho palhaço cinico da Casa Branca tomou a liderança e cuja última decisão da Corte Suprema dos Estados Unidos é um exemplo, considerando a sodomia e a feição como práticas criminais que podem levar, em certos Estados, a vinte anos de prisão. A maioria para esta decisão foi conseguida graças ao voto do juiz Rehnquist, recentemente nomeado por Reagan.



Um crescimento econômico que se nutre da corrida às armas

A chacina de Leme

PM de Montoro abre fogo contra grevistas

Dois mortos, 47 feridos, dezenas de espancados. E mais uma onda de calúnias contra o PT e a CUT.



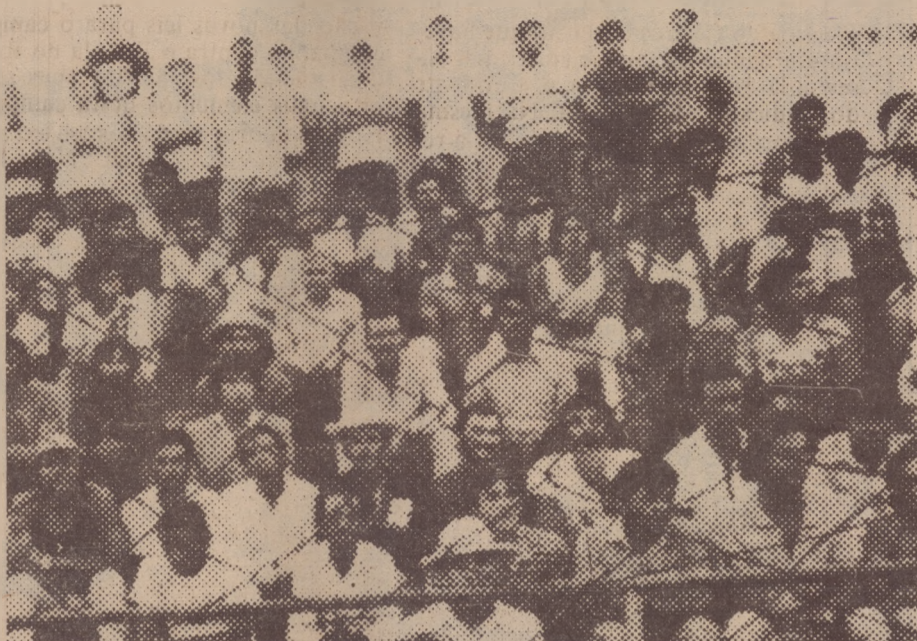
Os fatos que culminaram nos assassinatos de Leme tiveram um encadeamento muito simples. Eles ocorreram assim na versão do bóia-fria Valdemir Donizete Rosa, 22 anos, baleado no braço esquerdo:

— “Nós estávamos lá, esperando os caminhões do pessoal que ia trabalhar. E muitos caminhões passaram, a gente gritava “puxa-saco! puxa-saco”. Havia um caminhão de policiais de Pirassununga, todos com os capacetes na cabeça. Foi o pessoal desse caminhão, quando desceu, que começou a dar tiros para o ar. Eles gritavam para nós: “filhos da puta!” E a gente repetia: “filhos da puta!”. E aí começaram a vir os tiros, muitos tiros, uns dez minutos de tiros.

— “O pessoal começou a atirar de volta pedras e paus em cima de todos eles. Mas, enquanto atiravam pedras, começaram a cair. Eu joguei umas três pedras, uma delas quebrou o pára-brisas do caminhão dos puxa-saco”.

— “Pouca gente que estava junto comigo acreditou que a polícia atirava de verdade! “É tiro de festim”, o pessoal dizia. E eu: “Que nada, é bala mesmo”. As balas ricocheteavam nos trilhos, e as pessoas iam caindo, eu pensei na hora que elas caíam porque tropeçavam na rua, mas não: estavam feridas”.

Ou assim na versão do capitão Anto-



nio Carlos Veronezzi, do Destacamento de Limeira:

— “Alguns piqueteiros quase se atiravam na frente dos veículos. Ali já era para acontecer uma tragédia. Cerca de 800 piqueteiros insistiam em obstruir a estrada, e os policiais não conseguiram retirá-los dali. Ordenei que meus homens investissem sobre os bóias-frias, tentando causar um efeito psicológico.

Eles não recuaram. Resolveram nos enfrentar. Aí, meus homens começaram a disparar...”

Versões ridículas e inconsistentes

As várias versões, que de modo distinto, incriminavam os deputados do

PT, Geraldo Siqueira e José Genoíno, de tão descabidas e tantas contradições não conseguiram se sustentar por um só dia. Para se ter uma idéia da dimensão da fraqueza destas versões, basta dizer que o deputado Geraldo Siqueira estava no dia dos assassinatos de Leme em uma manifestação antinuclear em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro... O mais grave, porém, é que foi esta versão completamente absurda que serviu de base para que várias personagens do governo emitissem declarações espalhafatosas — logo veiculadas e amplificadas pela imprensa — acusando o PT e a CUT.

Um exemplo: apesar de continuar na sua edição de domingo, 12 de julho, veiculando com ênfase a tese da responsabilidade direta dos parlamentares do PT no início do tiroteio ou até mesmo na morte do bóia-fria e da empregada doméstica, o jornal *O Estado de São Paulo* informa em artigo na página 22 que um informe preliminar feito pelos serviços de informação ligados ao Planalto, e entregue a Sarney na sexta-feira à noite, já registrava o descontrolado dos PMs na sua reação violenta contra os piqueteiros, reforçava a versão de que os primeiros tiros partiram dos policiais e que os 140 homens da unidade antimotim não haviam sofrido ferimento algum de bala.

O que podem e valem estes homens e mulheres

A crônica dos episódios de Leme poderia ser a crônica do profundo desprezo que as classes dominantes deste país têm pelas vidas dos trabalhadores.

Não falemos dos grandes ricos desta cidade de Leme que, na mesma noite dos assassinatos, promoveram uma grande festa de queijo e vinho no Clube de Campo.

Não falemos deste governador medíocre — “o governador dos trabalhadores”, dizia a sua propaganda de candidato, vocês se lembram? — cuja polícia bateu todos os recordes de agressões a grevistas.

Não falemos deste ministro da Justiça, cuja figura e linguajar lembram a prepotência de senhores de escravos.

Silenciemos sobre o nome deste ministro do Trabalho, que após apontar o dedo para os petistas e isentar de culpa os patrões, teve o cinismo de enviar uma coroa de flores ao enterro dos assassinados pela polícia do governo do seu partido.

Esqueçamos, retiremos dos nossos pensamentos, o nome desse diretor da Polícia Federal, esse servidor de torturadores, agora tornado símbolo de competência e honradez policial.

Falemos desta outra gente, dessa que é levada nas carrocerias dos caminhões como animais, que traba-

lham como animais e que foram assassinados como se animais fossem.

Mas, sobretudo, não falemos deles com piedade, esta outra versão do desprezo.

Falemos deste trabalhador: Orlando Correia, 22 anos, pai de dois filhos, cortador de cana. O que morreu assassinado com uma bala da polícia. O que acordou às quatro horas da manhã do dia de sua morte, vestiu a “sua roupa de passeio” e foi para o piquete. O que não pode correr por causa do pé acidentado há poucos dias quando cortava cana.

Falemos deste outro sentimento que corria entre os trabalhadores, nas madrugadas frias de Leme, em volta das fogueiras acesas, à espera da hora de enfrentar polícia e patrões nos piquetes.

Falemos dos que são capazes estes homens e mulheres, defendendo os piquetes com as mãos e pedras contra batalhões de choque armados da polícia.

Falemos deles com respeito e admiração, sabendo que o que vai pelas consciências e corações destes homens e mulheres vale e pode muito mais do que tudo o que é cúmplice, serve e defende esta ordem, que na sua modernidade conservadora, ainda atira em grevistas como há cem anos atrás.

Eles sabem o que dizem

• **Orestes Quércia** (vice-governador e candidato do PMDB ao governo do Estado): “A culpa de tudo o que aconteceu é do PT, porque este partido é que começou a agitação. Acho que o Eduardo Suplicy deveria renunciar a sua candidatura, que saiu bastante desgastada deste incidente... a política do governador Montoro de respeitar as greves é reconhecida por todos e até criticada por muitos que a acham aberta demais”.

• **Paulo Brossard** (ministro da Justiça): “Nós estamos assistindo nitidamente à ação de determinados grupos que se opõem — já até agora por via armada, por processo violento — a acordos regulares celebrados, tendentes à composição de conflitos sociais... Esses resíduos de inconformados, que sempre existem ou sempre podem existir, e o recurso à violência, aos processos antidemocráticos, são reações justamente ao sucesso do progresso democrático.”

• **Almir Pazzianoto** (ministro do Trabalho): “Em Guariba, no ano passado, tivemos acontecimentos muito semelhantes em violência aos ocorridos em Leme. E, por

coincidência, os mesmos parlamentares que estavam em Leme agora, estavam em Guariba em 1984... Não é possível culpar os empresários que descumpriram o acordo trabalhista pelos incidentes registrados em Leme”.

• **Romeu Tuma** (diretor-geral da Polícia Federal): “O governo deveria a partir de agora realizar uma operação de desarmamento, pois quando trabalhadores chegam ao ponto de atirar em trabalhadores, é um indício de que está chegando ao fim qualquer tipo de tolerância”.

• **Franco Montoro** (governador de São Paulo): “Vocês precisam entender que a violência não leva a nada, que não é assim que vamos conseguir a paz social. Militantes do Partido dos Trabalhadores foram vistos armados no conflito. Vocês estavam armados! Nós não queremos violência nas relações entre patrões e empregados. Parem com isso antes que seja tarde!”

• **Ruy Souza Queiroz Castro** (dono da usina Crisciunial, em Leme, durante uma reunião entre trabalhadores e empresários): “Leme está precisando de um banho de sangue.”

José Genoíno

"Enfrentar esta onda repressiva da "Nova República"

Em entrevista a EM TEMPO, o deputado federal do PT que a polícia e o governo procuraram transformar em bode-expiatório do massacre, fala dos antecedentes do confronto e das tendências do crescimento da repressão da "Nova República".



Meneguelli e Genoíno no enterro dos trabalhadores assassinados

— As greves da região de Leme possuem várias semelhanças com as greves de Guariba, e ocorrem no momento em que os latifundiários desencadeiam uma ofensiva contra a reforma agrária. Qual o balanço que você faz deste movimento?

Genoíno — Esta é uma época chave no corte da cana, a mesma época em que ocorreram as greves de Guariba e em que ocorrem mobilizações nas regiões de Sumaré, Piracicaba e Ribeirão Preto. Duas questões são importantes neste processo: a reivindicação principal dos trabalhadores é a mudança do cálculo de salário de tonelagem para metro corrido (a mesma de Guariba), além do fornecimento de roupas, calçados e do facão e o cumprimento do acordo feito com a FETAESP, que os usineiros vinham descumprindo. Uma segunda questão é que a greve já durava 15 dias na região, inclusive nas cidades de Mancais, Araras e Conchal e até o dia do massacre as assembléias foram tranquilas e a greve pacífica, o que só foi alterado com a chegada da tropa de choque.

Um outro elemento importante é o comportamento dos usineiros e do governo frente à greve. O Ministro Almir Pazzianoto esteve na região e os usineiros declararam ao próprio Ministro não estar cumprindo o acordo e que só passariam a cumpri-lo se acabasse a greve. Durante uma negociação, o proprietário da usina Cresciumal (Rui

Queiroz de Castro) declarou que haveria um banho de sangue em Leme. Na segunda-feira prenderam o presidente do sindicato, Vidor Faita. Na mesma negociação, os usineiros pediram a retirada do PT e da CUT e foi votado por unanimidade que eles deveriam permanecer, numa assembléia de cinco mil trabalhadores. Com a decretação da ilegalidade da greve, os usineiros reivindicaram reforço policial, o que foi prontamente atendido, embora o governador e o secretário de segurança tivessem afirmado que a polícia não iria parar os piquetes.



No hospital, muitos feridos pelas balas da polícia

— Tem ocorrido nos últimos dias uma nova onda de greves nas fábricas e ao mesmo tempo uma radicalização maior da luta pela terra. A "Nova República" tem respondido com uma repressão cada vez mais violenta, inclusive com este massacre agora em Leme. Como é que você tem visto este processo?

Genoíno — O massacre faz parte da campanha da direita conduzida pelo ministério da Justiça, polícia federal e "nova política de segurança do Montoro". Os assassinatos no campo, a apro-

vação das novas leis para o campo, a campanha contra o Brizola no Rio e a demissão de José Carlos Dias são os principais elementos desta campanha. Hoje, o ministério da Justiça é o centro articulador da direita da "Nova República".

A repressão visa dois objetivos: tapar os buracos do pacote econômico que já ficam claros para os trabalhadores, como demonstra o crescimento das greves e a tendência de que elas aumentem ainda mais no segundo semestre. O segundo objetivo é uma campanha política e ideológica de combate ao PT e a

guntou porque os parlamentares estavam presentes em Leme: mas ele mesmo esteve várias vezes em greves como parlamentar! Na medida em que só os parlamentares do PT apoiam as greves e a única entidade presente é a CUT, esta tentativa torna-se mais forte. Buscam o PT e a CUT como bodes expiatórios, inclusive baseados nos esquemas do Palácio do Planalto.

— Nos episódios de Leme a polícia federal tem acusado os parlamentares do PT de terem iniciado o tiroteio. O que ocorreu na verdade?

Genoíno — É uma mentira deslavada. Durante o tiroteio os carros estavam parados e os parlamentares foram espancados. Somente depois os carros foram usados para socorrer os feridos. O que aconteceu é que a polícia praticou um verdadeiro "tiro ao alvo" nos trabalhadores. E além disso, depois do General Newton Cruz, foi a única vez em que parlamentares foram presos, numa tentativa de ocultar à opinião pública os verdadeiros responsáveis pelo massacre de Leme.

— Como vão prosseguir daqui em diante as tentativas de apuração dos assassinos e a denúncia da repressão?

Genoíno — Nós do PT vamos exigir a punição dos assassinos. O Luis Eduardo Greenhalg está encaminhando o necessário para entrarmos com um processo neste sentido. Vamos propor também uma CEI na Assembléia Legislativa, de SP entrar com um processo na Câmara Federal contra o governo de São Paulo e outro contra o Superintendente da polícia federal, Romeu Tuma, por suas declarações incriminando os parlamentares do PT e a CUT.

Por outro lado, o PT, a CUT e outras entidades devem promover um movimento político de esclarecimento e denúncia da repressão da "Nova República". Uma nova campanha dos direitos humanos, tanto no campo, com a reforma agrária, quanto nas fábricas, com os operários.

CUT, que são os dois centros políticos dos trabalhadores.

— O PT e a CUT vêm sendo acusados pelo governo, pela imprensa burguesa e pelos latifundiários de ser o responsável pela radicalização da luta no campo. Qual o sentido desta tentativa de isolamento do PT e da CUT?

Genoíno — A participação do PT e da CUT é justa. O ódio ao PT e o combate aos seus parlamentares existe porque é o único partido de oposição à "Nova República". O Pazzianoto per-

Fique por dentro



Cz\$ 30,00



Cz\$ 40,00



Cz\$ 40,00



Cz\$ 40,00

Para receber
envie um cheque nominal
à Editora Aparte Ltda.
no valor dos livros escolhidos
Rua Francisco Leitão, 57 Pinheiros
São Paulo SP CEP 05414

Vem aí a Perspectiva Internacional N.º II.

- Entrevista com Daniel Bensaid: "O significado do XII Congresso Mundial da IV Internacional".
- Pierre Frank: "A trajetória da Internacional Comunista".
- Daniel Bensaid: "Os anos de formação da IVª Internacional".
- Margarito Parro: "A questão agrária na América Latina".
- Frederique Vimteuil: "Marxismo e feminismo".
- "Democracia Socialista: Os fundamentos da luta pela libertação das mulheres".
- Rosa Olivares: "Por uma abordagem revolucionária da questão sexual".

Entra em agonia a mais an

Stroessner, o ditador que governa o Paraguai há trinta e dois anos, tem os seus dias contados.

O grande sinal de um novo tempo que se anuncia foi a manifestação de dez mil camponeses no final de 1985. Sinais de que os longos anos de tirania estão chegando ao fim se multiplicaram este ano: entre abril e maio, mais de vinte manifestações de rua e de protesto agitam Assunção. Os partidos burgueses de oposição ousam mais, refazem a imagem de timidez e subserviência. A embaixada norte-americana articula com grande empenho e publicamente uma alternativa ao velho ditador. A Igreja se distancia do regime.

A pesada herança de tantos anos de ditadura militar se faz notar neste pequeno país, tornando símbolo de corrupção, de miséria e de brutalidade: um milhão de exilados, 60% da população levada ao subemprego, 2% de latifundiários detendo 50% das terras.

Uma herança que deixou também a sua marca no movimento operário e popular e na esquerda do país. Com grande voluntarismo, o povo paraguaio desperta para a luta, mas ainda sem um partido político constituído e com organizações de massa precariamente organizadas.

É neste espaço que mais uma vez Reagan articula a transição. Partidos de oposição antes servis recobram ares de opositores autênticos. Militares, chefes de contrabando, recebem a maquiagem de paladinos da honestidade. Contra o plano de Reagan, a resistência da camarilha, aferrada aos benefícios do poder, e o inusitado da mobilização popular.

Nós, brasileiros temos muita relação com toda esta história. Os ditadores brasileiros sempre tiveram em Stroessner um dos seus mais fiéis parceiros. O Brasil tem exercido — com a construção da hidroelétrica de Itaipu — e continua exercendo uma notável influência econômica sobre o país.

O governo conservador da Aliança Democrática ainda não usou do peso político que possui contra Stroessner. E certamente

apoiará a transição conservadora que se esboça. O PT e a CUT têm, certamente, por sua vez, um grande papel a cumprir no apoio ao processo de reorganização do movimento operário e popular no Paraguai.

Aqui, companheiros paraguaios traçam em grandes linhas o painel das forças em conflito no país.

Trinta e dois anos de poder absoluto parecem ter esgotado as bases de sustentação da ditadura do general Alfredo Stroessner. Em fins da década de cinquenta, ele contava com o apoio do tradicional Partido Colorado, das Forças Armadas, da Federação da Produção, da Indústria e do Comércio (Feprinco), da Igreja Católica e, é evidente, da embaixada norte-americana.

No início desta década, a Igreja e a federação empresarial já eram francamente hostis a Stroessner. O Partido Colorado se dividiu cada vez mais entre os “tradicionalistas” (anti-estronistas) e os “militantes” (pro-estronistas) e já em 1985 os primeiros conseguiram a maioria dentro dos órgãos diretivos do partido. Finalmente, a embaixada norte-americana (auxiliada pela Alemanha) faz publicamente oposição a ele: o embaixador se reúne com líderes da oposição, empresários e sindicalistas; altos funcionários acompanham as manifestações públicas contra a ditadura.

O grande enigma são as Forças Armadas: do seu Alto Comando não se tem notícias.

As raízes do desgaste da ditadura

Quais são as bases do desgaste da ditadura? Internamente são três: a corrupção descarada; a prolongada crise econômica e social e o surgimento de expressões anti-ditatoriais de massa.

Um exemplo de corrupção: o presidente do Banco Central, aliado a outros membros do “esquema oficial”, subtraíram um bilhão de dólares que o país tinha como reservas monetárias internacionais, através de operações financeiras fictícias. Por este roubo, estão sendo processados apenas funcionários do segundo escalão. Outro exemplo: o genro do ministro da Fazenda é o principal contrabandista do país.

A crise econômica vem assolando o Paraguai a partir do momento em que deixaram de fluir os dólares referentes às obras hidroelétricas de Itaipu. Com um orçamento cinco vezes maior do que o Produto Interno Bruto paraguaio, Itaipu atuou como um poderoso propulsor da economia. Ao fim das obras, o Paraguai se viu reduzido a sua realidade de país agrário que, graças à corrupção internacional, conseguiu acumular um monstruoso capital financeiro, o que de forma permanente ameaça desestabilizar seu comércio in-



Geisel e Stroessner: fiéis parceiros

ternacional, seus mercados cambiais e de imóveis.

Finalmente, no fim de 1985, se realizou a primeira grande manifestação popular com dez mil pessoas, organizada pelo Movimento Campesino Paraguaio (MCP), reivindicando terras ao governo. Até então, tinham ocorrido quase vinte invasões de latifúndios por camponeses sem terras, nas quais o M.C.P havia estado na direção.

Estas mobilizações, eminentemente agrárias, só foram acompanhadas na capital por mobilizações estudantis contra a elitização das universidades.

Mas uma simples reivindicação salarial dos funcionários do Hospital das Clínicas (os médicos, por exemplo, ganham um terço do salário mínimo), foi o detonador de um amplo movimento de massas, que rapidamente ganhou um caráter anti-ditatorial.

No mês de abril e no mês de maio realizaram-se quase vinte manifestações (variando entre quinhentas e sete mil pessoas o número de participantes) sendo que em sua maior parte ganharam as ruas e foram fortemente reprimidas. A polícia buscou sistematicamente desmoralizar os manifestantes, reprimindo-os com uma violência brutal. Uma repressão tão cega que chegou a golpear até membros da embaixada alemã em Assunção. O efeito da repressão foi exatamente o contrário do esperado pela polícia. A população ampliou sua solidariedade. A televisão mostrou para todo o país as violências da polícia e Stroessner sofreu suas primeiras vaias em diversos locais públicos.

A estratégia burguesa

A embaixada norte-americana movimentou-se rapidamente na conjuntura. Conseguiu reconstruir a imagem dos partidos da oposição burguesa, deu cobertura aos dissidentes do partido oficialista e realiza pressões públicas con-

tra Stroessner. O embaixador chegou a polemizar com o governo até em relação à taxa de crescimento da economia paraguaia.

Os partidos de oposição burguesa se caracterizaram desde a década de sessenta por seu servilismo aos interesses ditatoriais. Ainda em 1983, colaboraram inclusive com o aparato repressivo na repressão a setores da esquerda, do estudentado e dos sindicatos. Entretanto, a partir de 1985 mudaram rapidamente o seu perfil: este ano, convocaram três eventos de massa contra a ditadura, dois dos quais foram violentamente reprimidos pela polícia.

Seus líderes participam agora junto com estudantes e trabalhadores nas manifestações públicas contra o regime. E para isso contam com o apoio externo da Internacional Socialista e da Internacional Liberal. A primeira, está filiada ao Partido Revolucionário Fereirista, cujo presidente é um diretor aposentado do Fundo Monetário Internacional. A segunda está ligado ao Partido Liberal Radical Autêntico, cuja direção se formou na “ideologia Carter” dos anos setenta e foi renovada nos últimos três anos sob a influência da “ideologia Reagan” (sendo que o principal representante da etapa anterior, Domingos Laino, está hoje marginalizado por seus próprios correligionários). São o PRF e o PLRA, os que comandam, a partir do campo burguês opositor, o processo de transição.

Um grande “diálogo nacional”

Mas a embaixada norte-americana se preocupou também em influenciar o próprio partido de Stroessner. Neste sentido, incentivou a divisão e apóia agora abertamente os “tradicionalistas”. Um deles, Carlos Romero, filho daquele que foi o principal sustentáculo de Stroessner no partido, Tomás Romero Pereira, nas décadas de cinquenta e sessenta, foi acusado abertamente por Stroessner de “infiltrado e agitador”. Em resposta, a embaixada norte-americana convidou Romero, como visitante de honra, para um giro nos Estados Unidos.

Sem dúvida, o grande jogo da transição, aos olhos do imperialismo, está justamente na passagem da atual ditadura a qualquer forma conservadora republicana que vai ser estabelecida. Papel importante joga neste “modelo” a Igreja paraguaia, que significativamente chamou “todos os setores políticos” a um grande “diálogo nacional”. Seu objetivo seria o de fazer sentar na mesma mesa o governo e os opositores, com uma platéia de empresários e dirigentes sindicais, para negociar uma saída da crise (entendida como ilegitimidade do mandato de Stroessner, a crise financeira do governo causada pela corrupção e a insustentável situação social que vive a população).

O centro da tática seria a não reeleição de Stroessner e, se possível, a sua retirada antecipada (haverá novas elei-

tiga ditadura do continente



Stroessner: símbolo de brutalidade, corrupção e miséria.

ções em 1988). Para isso, já se prepararam duas personagens habilitadas para ser seu sucessor: o general Andrés Rodríguez (o segundo depois de Stroessner) e o presidente da Corte Suprema da Justiça, Luis María Argaña, que é apresentado à opinião pública como um paladino da honestidade. O general Rodríguez, comprovadamente um dos principais articuladores do narco-tráfico no continente, por exigência dos EUA, e com os olhos postos na sucessão, se converteu em repressor do contrabando de drogas e a cavalaria, que se encontra sob o seu comando, realizou várias ações contra redes de contrabandistas menores.

“Sem Stroessner”, com abertura para que todos os setores políticos (não comunistas) atuem institucionalmente, com Argaña comandando o período de transição, respaldado por Rodríguez: estaria desenhada a mais conservadora das transições já ocorridas recentemente no continente.

As resistências da camarilha

Mas, trinta e dois anos de poder absoluto, período no qual as mudanças ministeriais se realizaram apenas parcialmente (há ministros com trinta e dois anos no exercício), criaram uma sólida camarilha palaciana que, no caso paraguaio, detém grande parte do poder econômico e importantes cargos em todos os setores institucionais (com vínculos, inclusive, na federação empresarial e na Igreja). Acostumada ao exercício irrestrito do poder, esta camarilha respondeu à oposição em crescimento com violência. Em primeiro lugar, contra os seus próprios correligionários em convenções partidárias (nas quais ficava em minoria). Mas, sobretudo, contra os partidos burgueses de oposição e contra os movimentos populares.

Com efeito, o ministro da Justiça (um “militante” duro) organizou os Grupos de Ação Anticomunista (uma

dissidência da Liga Anticomunista do Paraguai, comandada por “tradicionalistas”). Os Grupos de Ação Anticomunista atuam com quadrilhas paramilitares de repressão a manifestantes e líderes populares. Entre março e maio deste ano, assassinaram quatro dirigentes camponeses e um líder estudantil. Na greve dos funcionários do Hospital das Clínicas, ultrapassaram o cerco policial e golpearam indiscriminadamente médicos, enfermeiras e até pacientes.

Uma idéia das dificuldades para a transição “pacífica”, pela via norte-americana, é transmitida pelo fato de o “outro setor” colorado não ter criticado publicamente estas ações. Em outras palavras, não quer se comprometer ainda abertamente com a transição. Isto é, a luta entre “militantes” e “tradicionalistas” é ainda em grande medida uma “luta interna” ao partido.

O grande trunfo do setor “militante” seria o de obter o apoio irrestrito das Forças Armadas. Entretanto, estas devem estar sendo pressionadas pela embaixada norte-americana e pelo Pentágono, que querem garantir — e para isto, entre outras razões, estão promovendo a transição — o território paraguaio como plataforma de suas ações militares no Cone Sul (os americanos financiaram duas grandes pistas de aterrissagem capazes de ser usadas por aviões militares, estão interessados em construir outras duas), tudo isso dentro do projeto de “hondurizar” o Paraguai.

Os “militantes” denunciam o “perigo comunista” que estaria latente nas manifestações populares. Discurso antigo e desgastado ante a opinião pública, tem hoje pouco apelo frente às forças políticas em movimento. Mas, existe algum tipo de “perigo popular” para a transição conservadora arquitetada pelos americanos?

O longo caminho da recuperação popular

Paralelamente à crise da ditadura militar, houve na década atual um ressurgimento dos setores populares. O mais importante foco de reorganização surgiu no campo, que abarca 60% da população. Em 1980, funda-se o Movimento Campesino Paraguayo (MCP), que hoje coordena quatro “frentes de massa”: a Assembléia Permanente de Camponeses Sem Terra, a Comissão de Mulheres Camponesas, a Comissão de Jovens Camponeses e a Comissão de Familiares de Desaparecidos e Assassinados. Foi o MCP que realizou desde o final de 1985 até agora a mais importante manifestação popular; para, em seguida, convocar uma manifestação de mil mulheres camponesas por terra e liberdade. Organizado nacionalmente, constitui hoje um movimento que combina o trabalho de massas com a for-

mação de uma vanguarda camponesa classista, capaz de atuar em um terço do território nacional coordenadamente. É o setor que tem comandando as tomadas de terras e que enfrentou a repressão militar e latifundiária.

A nível urbano, os sindicatos operários têm demonstrado pouco vigor, mas em troca vários setores de trabalhadores do setor terciário (bancários, jornalistas, comerciários, trabalhadores da saúde, etc) tomaram importantes iniciativas. Foi uma greve dos trabalhadores do Hospital das Clínicas que serviu de eixo para todas as mobilizações de abril e maio.

Uma importante iniciativa internacional está se dando com a conformação do Movimento Intersindical dos Trabalhadores do Paraguai, sob o patrocínio da CIOSL e da AFL-CIO. De orientação burocrática e legalista, o MIT, sem dúvida, se constituiu em uma referência popular, já que “é o que existe” articulado no campo sindical, oposto à Confederação Paraguaia de Trabalhadores (CPT), totalmente manejada pela polícia.

Os jornalistas atuam como canal de informação entre os manifestantes e a população à nível nacional. Por isso também têm sido os mais golpeados nas repressões de rua. Os meios de imprensa que deram cobertura às atividades de oposição de massa sofreram represálias e no caso da mais popular das rádios, “Nânduti”, foi duas vezes atacada e saqueada pelos Grupos de Ação Anticomunista.

O movimento estudantil, que desde 1985 vinha se recompondo, teve com estas manifestações a oportunidade de avançar em sua organização, criando uma instância de coordenação de todos os centros e movimentos de faculdades opositoras ao governo. Em protesto à repressão, chegaram a se reunir mais de três mil estudantes (de um total de 30 mil) em manifestações públicas.

Entretanto, toda esta energia popular sofre de duas limitações. Em primeiro lugar, de dispersão já que não existe nenhum tipo de articulação mais ampla entre os setores mobilizados. Em segundo lugar, de falta de órgãos de expressão política; os setores populares ainda hoje produzem “dirigentes sindicais” enquanto que a liderança política é exercida pelos dirigentes burgueses da oposição.

Filipinas? Haiti? América Central? Uruguai? O processo paraguaio tem em comum com estes o empenho norte-americano de forjar “democracias contra-insurgentes” e por isso conservadoras e mantenedoras de todo o esquema militar e repressivo. No Paraguai, existem condições favoráveis para essa operação cirúrgica, “extirpar o tirano”, se não fosse a vitalidade de sua camarilha e o imprevisível do setor popular.

África do Sul

Um povo inteiro está de pé na luta contra o apartheid

Em uma atitude desesperada, o regime racista decretou o estado de sítio e prendeu quatro mil dirigentes da luta contra o apartheid. Quando fechávamos esta edição, os operários das minas mais importantes do país estavam em greve exigindo a libertação imediata dos presos e a Central Sindical já convocava uma greve geral em todo o país.

Não tenhamos ilusões: apesar de tudo, o regime do apartheid ainda tem forças para resistir. O Partido Nacional, no poder desde 1948, ainda conta com o apoio das principais potências imperialistas — os EUA, a Comunidade Econômica Européia têm resistido às pressões para a adoção de sanções econômicas — dispõe de uma base sólida na população branca e, principalmente, tem em suas mãos poderosos instrumentos de repressão ainda não neutralizados ou minados pela rebelião negra.

Mas as esperanças não são infundadas. Nunca, nunca mesmo, a oposição ao regime do apartheid contou com tanta força de massas e com uma capacidade de centralização como agora. O acúmulo de décadas de luta do povo negro não é desprezível: uma central sindical, centenas de associações nos povoados negros, um movimento estudantil de enorme tradição e combatividade (apenas os trabalhadores rurais continuam em um nível precário de organização); uma frente política de massas e uma organização capaz de combinar iniciativas em vários planos (diplomático, militar, movimento de massas); uma forte tradição de luta contra o apartheid (a Carta da Liberdade, referência programática de todo o movimento, data de 1955 quando da realização do Congresso do Povo).

Mais ainda: a presença do movimento operário — na África do Sul existem oito milhões de proletários industriais, concentrados em quatro grandes regiões metropolitanas — confere força, estabilidade e perspectiva à luta contra o apartheid. Força: capacidade de golpear fundo a máquina econômica do sistema. Estabilidade: organização concentrada e ao mesmo tempo nacional. Perspectiva: sentimento classista crescente, que tende cada vez mais a unir a luta contra o apartheid à negação do capitalismo.

Sinal dos tempos, a velho dilema de golpear ou negociar divide as classes dominantes. Enquanto Reagan elogia a "sinceridade e disposição do presidente Botha", após a decretação do estado de sítio e as prisões em massa, oito executivos ingleses, representando empresas com um capital total de 14 bilhões de dólares, pedem a legalização da ANC e a libertação de Mandela. A divisão não é apenas dos sócios externos do apartheid: o Partido Nacional, já tem uma sólida "esquerda" (os liberais, com 20% dos votos brancos) e uma "direita" (o AWB, que cresce o seu prestígio, disseminando as incursões paramilitares contra o movimento negro).



Uma transição? Por onde, para onde?

Mais do que um problema tático, as classes dominantes sul-africanas têm que prestar contas com um impasse de longo alcance: se o regime do apartheid enfrenta condições cada vez mais difíceis de estabilidade, quanto mais para se reproduzir, como e em que direção reformá-lo?

Não se trata apenas de mudar uma pesada tradição de hábitos, costumes e cultura racistas enraizados na vida dos cinco milhões de brancos sul-africanos. Nem apenas de encontrar uma resposta à difícil questão de como garantir a su-

premacia política da minoria branca em um país de 24 milhões de negros, três milhões de mestiços e um milhão de indianos. É sintomático, neste aspecto, que nem os liberais, de oposição ao Partido Nacional, chegam a defender a instalação do sufrágio universal (a cada cidadão um voto) na África do Sul.

Longe de ser uma irracionalidade, o apartheid foi uma condição para o desenvolvimento capitalista na África do Sul. É graças a este sistema de dominação que o país pode cumprir o papel que tem até agora na produção de ouro e de metais preciosos para o mercado mundial, que ele pode desenvolver uma

agricultura capitalista e um aparelho industrial modernos. O *Land Act*, datado de 1913 e emendado em 1936, garantiu a apropriação de 87% das terras pelos brancos, expulsando os negros para os bantustans e gerando uma enorme massa de mão-de-obra para a indústria. Outra lei básica do apartheid disciplinou o acesso da mão-de-obra negra a certos setores da economia, criando um duplo mercado de trabalho e garantindo a super-exploração da força de trabalho.

Alterar o sistema de apartheid significa, portanto, modificar profundamente as condições em que opera o sistema capitalista na África do Sul.

Uma luta sem fronteiras

Apesar de toda a retórica anti-apartheid que recobre sistematicamente o posicionamento das principais potências imperialistas sobre a África do Sul, a sua responsabilidade na edificação e sobrevivência deste regime é enorme. A idade de ouro do apartheid — as décadas de 60 e 70 — foi marcada exatamente por um verdadeiro "boom" de investimentos estrangeiros diretos, os quais mais que duplicaram de 1956 a 1969. Entre as 1068 multinacionais que operam na África do Sul, um terço tem a sua sede na Grã-Bretanha, 25% nos Estados Unidos e 25% na Alemanha Ocidental.

Além de interesse econômico direto, da salvaguarda de seus investimentos, as potências imperialistas têm razões de sobra para temer o processo revolucionário de derrocada do apartheid. O impacto deste processo na economia internacional seria enorme: a África do Sul é maior produtora de ouro do mundo. Além disso, o poderoso Estado sul-africano cumpre um papel imprescindível para o imperialismo na atuação contra-revolucionária em todo o continente africano.

É por isso que o resultado da grandiosa luta do povo sul-africano terá em grande parte o seu resultado condicionado pela pressão internacional de massas que se fizer a seu favor. Recentemente, 200 mil se uniram em Londres em um belo show de rock — manifestação contra o apartheid; no dia 14 de junho, foi a vez de cem mil manifestantes em Nova York; na Bastilha, em Paris, 200 mil fizeram um show-comício unindo a luta contra o racismo na França à luta pela liberdade na África do Sul.

No Brasil, é fundamental que cresça no próximo período a solidariedade à luta contra o apartheid, exigindo do governo brasileiro que dê um passo além da retórica, rompendo imediatamente as relações com o governo racista da África do Sul.

A grande ofensiva

Quem é quem

Os principais protagonistas na África do Sul

No campo do movimento de liberação



As frentes de oposição agrupam dois a três milhões de pessoas.

• **1982:** uma grande reanimação do movimento sindical sul-africano se evidencia. Durante este ano, os trabalhadores realizam em torno de uma greve por dia. A partir de 1980, a economia sul-africana sofre a sua mais grave crise desde 1930.

• **Agosto de 1983:** em resposta às "reformas" do apartheid propostas por Botha, que visavam criar uma cunha entre os negros, mestiços e indianos, é criada a UDF — frente legal de mobilização contra o regime — em um Congresso que reuniu 12 mil pessoas, representando 400 entidades e um milhão de filiados. Em poucos meses, a UDF contaria já com a adesão de 600 entidades comunitárias, sindicais etc., representando 2 milhões de filiados.

• **Agosto de 1984:** A primeira grande vitória política contra o apartheid, com o boicote massivo às eleições para a composição do parlamento tricameral previsto nas "reformas". Apenas 18,5% dos mestiços e 15,5% dos indianos votaram.

• **Novembro de 1984:** Prossegue a ofensiva dos trabalhadores com a realização da maior greve já realizada na história da África do Sul. Um milhão de trabalhadores cruzam os braços na região sul industrial do Transvaal.

• **Abril de 1985:** 400 delegados participam de uma conferência de três dias do Conselho Geral da UDF. A conferência estabelece um conjunto de reivindicações imediatas, entre elas a extinção das leis fundamentais do apartheid e a dissolução dos vários aparelhos de

repressão. Todo o ano seria marcado por centenas de manifestações e greves contra o regime.

• **Novembro de 1985:** É dado o passo fundamental na organização do povo sul-africano, com a criação em um Congresso da Central sindical, abrangendo praticamente todas as forças mais importantes do sindicalismo. Este avanço organizativo consolida o perfil classista do movimento anti-apartheid e cria novas condições para a centralização das lutas.

• **1º de Maio de 1986:** A primeira greve nacional contra o apartheid, abrangendo as quatro grandes concentrações industriais do país e mais de 1,5 milhão de trabalhadores negros. A greve é acompanhada por expressivas manifestações nos povoados negros: em Soweto, 20 mil proclamam 1986 "o ano da libertação".

• **21 de Maio de 1986:** É divulgado um manifesto da ANC, convocando greve geral e manifestações em todo o país em lembrança dos dez anos do grande massacre negro em Soweto no dia 16 de junho de 1976. O manifesto convoca o povo a "intensificar as atividades armadas em todos os níveis".

• **16 de junho de 1986:** Desafiando o estado de emergência e a brutal repressão desencadeada a partir do dia 12 de junho, uma greve geral de maiores proporções do que a realizada no 1º de maio paralisa a África do Sul. A prisão de cerca de quatro mil dirigentes negros não parece ter conseguido conter a evolução e a radicalização do movimento.

ANC (Congresso Nacional Africano) — Criado em 1912, ele agrupou na sua origem representantes de distritos africanos engajados em reivindicações junto à Coroa britânica. O movimento alargará a sua base social através de campanhas de massa. Em 1955, em Kliptown, foi adotada a Carta da Liberdade, programa de reivindicações nacionais democráticas por uma África do Sul livre do apartheid, pelo Congresso do Povo. Este reuniu em torno do ANC o Congresso Indiano da África do Sul, o Congresso do Povo Mestiço, o Congresso dos Democratas (branco) e o Congresso sul-africano de sindicatos (SACTU).

Em 1960, em seguida aos massacres da polícia em Sharpeville e Langa, o ANC seria interdito, da mesma forma que as outras principais formações anti-apartheid. O braço militar do ANC — Umkhonto we Sizwe — ("Ponta de lança da nação") desencadeia a luta armada em 1961. De início rural, depois urbana, esta atividade militar, além de alguns atentados particularmente espetaculares, visam demonstrar a presença do ANC no país mais do que ameaçar diretamente a sobrevivência do regime. Ela correspondia a uma análise interna da África do Sul que não via espaço para um trabalho de massas não clandestino. Isso explica o atraso do ANC em se voltar para o trabalho sindical nos anos setenta e a emergência de um pólo de sindicalistas combativos que não se reconhecem nas concepções estratégicas do ANC.

Hoje o ANC é sem contestação a força política dominante na luta contra o apartheid. Sua influência interna reagrupa um espectro político que vai do nacionalismo burguês até correntes marxistas, essencialmente dominadas pelo PC igualmente ilegal, formado no modelo estalinista. Ninguém pode dizer seriamente hoje qual será a evolução e a dinâmica de cada uma de suas sensibilidades se o ANC se achar amanhã diante de uma transição pacífica, em função da qual os contatos já começaram, e da experiência do poder.

UDF (Frente Democrática Unida) — Lançada em agosto de 1983, ela reagrupa várias centenas de associações, atra-

vés do país sob uma base de filiação coletiva, de início contra as reformas constitucionais de Botha e depois como frente permanente anti-apartheid. Tomando para si as referências da ANC (Carta da Liberdade), a UDF aparece como um quadro legal no qual esta corrente trabalha hoje. Mas esta frente inclui um leque de sensibilidades que vão dos liberais brancos aos jovens negros das townships passando pelas igrejas negras.

National Fórum Comitee (Comitê do Fórum Nacional) — Em torno de três encontros dos quais o primeiro ocorreu na Páscoa de 1983, se afirmou um pólo rival da UDF, se bem que menos importante numericamente. O National Fórum não funciona através da filiação mas pelo apoio de organizações a suas reuniões. Os pontos de clivagem com a UDF se expressam sobre as perspectivas — o NFC coloca como objetivo a conquista de uma Azania (África do Sul) socialista, enquanto que a UDF se bate pelo momento por uma África do Sul livre do apartheid, sem mais precisões — e sobre a composição da direção — negra para a NFC, que perpetua assim a herança da "consciência negra", incluindo os brancos — debate que se manifesta no movimento sindical.

COSATU (Congresso dos Sindicatos Sul-africanos) — Lançado em 1º de novembro de 1985, esta "superfederação" reagrupava nesta data 500.000 aderentes e se avalia hoje 650.000. Ele resulta da fusão de três componentes: os sindicatos da Fosatu e os outros "sindicatos unitários", caracterizados por seu apego à atividade própria da classe operária — o que o fez rejeitar a adesão à UDF; o NUM, sindicato dos mineiros de mais de 100.000 aderentes, que deixou a federação à qual ele pertencia, o Conselho dos Sindicatos da África do Sul (CUSA) que é filiado, assim como o Conselho Azaniano dos Sindicatos (Azactu), ao NFC; enfim, os sindicatos gerais — não organizados sobre uma base de indústria — afiliados à UDF. Estes últimos, minoritários, estão atualmente super-representados nas instâncias nacionais dirigentes do Cosatu, pelo momento paritárias. O futuro dirá se a aproximação constatada entre as direções da UDF e do Cosatu atestam um novo equilíbrio político no seio deste último.

É necessário citar ainda outras organizações, reagrupamentos políticos (como o New

Unity Movement, a Cape Action League ou a Action Youth), culturais ou esportivas como o Sacos, Conselho sul-africano de esportes, que se organiza sobre uma base não racial e anti-apartheid) e uma infinidade de organizações locais de moradores.

Os partidos da classe dirigente

Partido Nacional — No poder desde 1948, ele foi o arquiteto do apartheid. Hoje, Botha se acha na contradição de ser o general em chefe da repressão e o chefe do único partido com credibilidade diante da classe dirigente para "reformular" o apartheid e preservar o capitalismo na África do Sul. O PN, que representa cerca de 60% do eleitorado branco, se acha assim em meio às críticas tanto dos liberais como da ultradireita.

PFP (Partido Federal Progressista) — Ele representa os setores liberais do patronato sul-africano e uma força de pressão pelas reformas do ponto de vista dos principais países imperialistas. Sua influência eleitoral abarca cerca de 20% dos brancos.

AWB (Movimento de Resistência Afrikaner), Conservative Party, Herstigte Nasionale Party — Estas três organizações de extrema direita africana têm um ponto em comum: a sua feroz oposição às menores reformas do apartheid. As duas últimas são cisões do Partido Nacional. Quanto à primeira, dirigida por um antigo policial, Eugene Terreblanche, é mais militante e se opõe fisicamente aos comícios do PN. Seu emblema é uma suástica de três pontas em um círculo branco sob um fundo vermelho.

Os colaboracionistas

Inkhata — Designa o movimento tribalista zulu de Mangosutho Gatsha Buthezi, chefe do Bantustan KwaZulu. Proclamando-se adversário do apartheid, este partidário confesso do capitalismo especializou seu movimento na agressão aos militantes progressistas e ao movimento de massa. Lançou no 1º de maio o Sindicato Único dos Trabalhadores da África do Sul (UWUSA) cujos dirigentes são... empresários zulus!

Para terminar, citemos de memória no campo dos colaboradores, o Partido Trabalhista (mestiço) e o Partido Nacional do Povo e Solidariedade (indiano) que participam no parlamento de três câmaras separadas criado em 1984 pelo regime.

Movimento estudantil

50 DCEs e 7 UEES anulam eleições fraudadas e convocam plebiscito

Por Fábio Pereira

Convocado por mais de 50 entidades, realizou-se nos dias 5 e 6 de julho no Rio de Janeiro o CONEG — Conselho Nacional de Entidades Gerais — instância máxima da UNE no período entre dois congressos.

A reunião foi convocada para discutir a situação do movimento estudantil e da UNE frente às denúncias de fraude nas eleições diretas para a diretoria da entidade e, logo após a divulgação do "resultado", a posse da chapa "UNE — Livre", "eleita" com cerca de 60 mil votos.

Com a participação de 50 DCE's e 7 UEES (o quórum seria de 43 entidades) e a ausência da "diretoria" da UNE e de seus apoiadores, o CONEG decidiu anular as eleições realizadas em 4 e 5 de junho, não reconhecendo a chapa empossada como diretoria da entidade. Além disso, marcou um plebiscito em todas as escolas do país, onde esta posição será submetida ao referendo do conjunto dos estudantes, e um outro CONEG para os dias 4 e 5 de outubro, onde provavelmente será marcado o Congresso da UNE para o início do próximo ano.

Por fim, o CONEG decidiu constituir uma comissão de entidades pela

unidade da UNE, encarregada de levar adiante uma ampla campanha de denúncias da fraude, principalmente nos encontros de área que ocorrerão em julho e realizar o plebiscito nos dias 9, 10 e 11 de setembro.

Apesar da grande unidade verificada no conjunto da discussão, duas compreensões distintas se expressaram no debate: uma, majoritária, entendia que a questão central, além de denunciar massivamente a fraude, e anular as

eleições era manter a unidade da UNE, não tomando nenhuma medida que pudesse vir a consolidar o "racha" do movimento; a minoritária, defendida por apoiadores da Convergência Socialista, do MR-8 e do PMDB, colocava que a principal questão era a marcação de novas eleições diretas para a diretoria da entidade, mesmo que isto significasse uma quase certa divisão da UNE.

Mesmo com o boicote e as acusações que os apoiadores do PC do B vêm fazendo às chapas que se retiraram das eleições, inclusive utilizando para isso o jornal "Nossa Voz", o CONEG conseguiu demonstrar que a política de divisão e desgaste da UNE encaminhada pelas últimas diretorias é hoje completamente minoritária no movimento. A perspectiva de um congresso unitário no próximo ano, mesmo com a inexistência de diretoria da entidade por todo este período e a impossibilidade de que a UNE intervenha no processo Constituinte, é a única alternativa que pode ainda contribuir para a recomposição da unidade do movimento estudantil e para uma política de recuperação da massividade das entidades estudantis.

O PT se organiza

No decorrer do CONEG, a surpresa positiva ficou com a presença de um membro do Diretório Nacional do PT (César Alvarez), que foi responsabilizado pela Executiva Nacional do partido para encaminhar a centralização e unificação dos petistas no movimento estudantil.

A Direção Nacional propôs uma série de reuniões estaduais e nacional que precedam um futuro Encontro Nacional dos Estudantes do PT, com data e critérios a serem definidos (indicativamente) numa próxima reunião de petistas a ser realizada na data do CONEG da UNE (14 e 15 de outubro), e propôs também a constituição de um grupo de trabalho formado por César Alvarez e Zé Dirceu pela Executiva Nacional e por alguns estudantes a serem por ela nomeados, com o objetivo de auxiliar a Executi-

va e fornecer subsídios a este processo de discussão.

A unificação da intervenção dos petistas no movimento estudantil é uma velha reivindicação de vários setores do partido e do próprio movimento, pois há muito o PT é uma das suas maiores forças, mas continua atuando dispersamente, sem unidade nem mesmo nas eleições das entidades estudantis e nos fóruns gerais do movimento. A elaboração coletiva por parte dos estudantes do partido de uma linha política para intervenção na universidade, a constituição dos núcleos e secretarias estudantis, enfim, a construção de uma direção do PT no movimento é, sem dúvida, um dos fatores que mais podem contribuir para a superação da crise em que ele se encontra, hoje.

Polônia

Cresce o cerco ao Solidarnosc

Uma salva de palmas dos burocratas na reunião do Partido Comunista saudou a prisão de Zbigniew Bujak, o principal dirigente do Solidarnosc na clandestinidade.

Cyril Smuga



A expedição da prisão de Bujak, lançada logo após o golpe de dezembro de 1981.

Às vésperas da decisão de admissão da Polônia no Fundo Monetário Internacional, a polícia política polonesa prendeu o principal dirigente clandestino do Solidarnosc, Zbigniew Bujak.

No mesmo dia, a polícia encarcerou outros conhecidos ativistas em Varsóvia — Konrad Bielinski, um membro da direção regional clandestina do Solidarnosc; Ewa Kulik, editora do *Tygodnik Mazowsze*, o principal jornal clandestino do Solidarnosc, com uma circulação semanal de várias dezenas de milhares; e Henryk Wujec, eleito dirigente do Solidarnosc em Varsóvia.

Wujec era membro do Comitê de Defesa dos Trabalhadores (KOR) e fundador do jornal *Robotnik* (que cessou de ser publicado em 1981). Ao contrário de Bielinski e Kulik, Henryk Wujec não estava clandestino. Esta série de prisões enfraquece seriamente a direção regional do Solidarnosc na capital polonesa.

A onda repressiva contra o Solidarnosc ocorre em um momento em que se discute no governo polonês a adoção de novas medidas econômicas de conteúdo nitidamente anti-popular. A prisão de Bujak, de forma especial é um rude golpe para o conjunto do movimento operário. Este antigo operário da fábrica de trator Ursus entrou em

contacto com o KOR no início de 1980. Quando o governo polonês aumentou os preços dos alimentos em julho de 1980, ele liderou a primeira greve na Ursus. Nessa oportunidade, procurou organizar uma comissão de fábrica baseada nas experiências espanholas. Eleito dirigente do Solidarnosc na região de Varsóvia, ele também era membro da direção nacional do sindicato.

Resistindo na clandestinidade

Escapando de ser preso quando do golpe de 13 de dezembro de 1981, Bujak foi um dos fundadores da Direção Provisória Clandestina do Solidarnosc (TKK). A estratégia de greve geral defendida em particular por dirigentes sindicais da Baixa Silésia, ele contrapunha a estratégia de ir construindo uma organização social ampla e oposta ao Estado polonês, que acabaria por forçar a burocracia a negociar.

Em detrimento da construção de uma coordenação entre as organizações de fábrica, esta linha favorecia o desenvolvimento de outras áreas de resistência. Ela se opunha a qualquer perspectiva de uma confrontação central com o regime burocrático e acentuava as divisões no seio do movimento social polonês.

Uma das conseqüências dessa polarização foi a recente emergência de correntes políticas no seio do Solidarnosc

de, em particular uma corrente socialista e revolucionária conhecida como Oposição Operária, cuja perspectiva se centra na generalização das lutas operárias.

Mas enquanto a autoridade de Bujak vinha sendo amplamente desafiada entre os quadros do Solidarnosc, ele permaneceu aos olhos de todos como o símbolo da resistência determinada ao general Wojciech Jaruzelski e seus projetos de normalização institucional. No seio da TKK, Bujak era o último dirigente nacional eleito antes da imposição do Estado de guerra, simbolizando assim a continuidade do Solidarnosc.

Uma longa série de prisões

A prisão de Bujak se soma a uma longa série de detenções de dirigentes do movimento operário na clandestinidade. Três dirigentes sindicais na Baixa Silésia (Wladyslaw Frasnyniuk, Piotr Bednarz e Josef Piniór) haviam sido presos em 1982-1983. Os dirigentes do Solidarnosc na Cracóvia, Stanislaw Handzlik e Wladyslaw Hardek, foram encarcerados respectivamente em 1982 e 1983.

O líder sindical clandestino em Poznan, Janusz Palubicki, foi detido em 1983. Os dirigentes em Gdansk, Bogdan Lis e Bogdan Borusewicz, foram apanhados respectivamente em 1984 e

1985. E, finalmente, Tadeusz Jedyznak da Alta Silésia, caiu em 1985.

Todas estas prisões enfraqueceram não apenas o TKK mas o movimento em seu conjunto. Estes dirigentes, eleitos em 1981, representavam a continuidade do movimento de resistência.

Hoje, o TKK foi reduzido a dois ativistas clandestinos, Jan Andrzej Gorny da Alta Silésia, e Marek Muszynski, da Baixa Silésia. Como nenhum dos dois participava da direção do Solidarnosc antes de dezembro de 1981, o seu valor simbólico é menor.

Os burocratas do Partido Comunista em reunião em Varsóvia, em preparação ao Congresso do Partido, saudaram a prisão de Bujak com uma salva de palmas. Mas se Jaruzelski esperava reduzir o Solidarnosc à impotência, suas esperanças foram rapidamente contrariadas.

Em Varsóvia, Wrocław e Gdansk, as notícias sobre a prisão de Bujak provocaram manifestações espontâneas. No mesmo dia, na Cracóvia, uma manifestação anti-nuclear de milhares de pessoas, organizada por entidades independentes, levantou a demanda da imediata libertação de Bujak.

Apesar da crescente repressão, a resistência de massas à burocracia persiste e precisa mais do que nunca da solidariedade internacional.